



RESULTADOS E DESEMPENHO 30 de setembro de 2011

Destaques Econômico-Financeiros (R\$ milhões)	3T11	3T10	Variação	9M11	9M10	Variação
Receita Líquida	893,5	852,5	4,8%	2.662,6	2.438,6	9,2%
EBITDA	258,0	241,1	7,0%	763,7	673,2	13,4%
Margem EBITDA	28,9%	28,3%	0,6 p.p.	28,7%	27,6%	1,1p.p.
Lucro Líquido	130,6	117,9	10,8%	397,1	334,3	18,8%
Dívida Líquida	889,1	845,5	5,2%	889,1	845,5	5,2%
Investimentos	68,0	81,6	-16,7%	218,4	236,5	-7,7%
Volume de fornecimento (GWh)	2.997,4	2.860,1	4,8%	8.971,2	8.652,3	3,7%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	3.885,2	3.729,0	4,2%	11.521,1	11.090,8	3,9%
Outros Destaques	set/11	set/10	Variação			
Clientes (milhares)	2.241	2.169	3,3%			
DEC (horas)	9,27	9,42	-1,6%			
FEC (interrupções)	5,54	5,94	-6,7%			
Perdas	7,07%	7,14%	-0,07 p.p.			
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAAA	brAAA	-			

DESTAQUES DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011

- Eleita, pela quinta vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, pela sétima vez, Melhor Gestão Operacional, e agora, Melhor Qualidade da Gestão, pela Abradee.
- Conquista do XII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente.
- A *Standard & Poor's* reafirmou o *Rating* Corporativo brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito, que vem sendo mantido pela Companhia desde 1º de julho de 2010.
- Concluído o processo da 5ª emissão de debêntures no montante total de R\$ 300 milhões, em duas séries, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018.
- Considerada pela Revista *Época* e *Great Place to Work* a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País para se trabalhar. A Elektro ficou na 19ª colocação, entre todas as empresas do Brasil com 92% de satisfação segundo avaliação de seus colaboradores na Pesquisa de Clima.

Sumário

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
1.1. Controle	3
1.2. Oferta Pública de Ações da Elektro.....	3
1.3. Composição acionária	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	4
3. AMBIENTE ECONÔMICO	5
4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS.....	6
4.1. Reajuste Tarifário de 2010	6
4.2. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária	6
5. DESEMPENHO COMERCIAL	7
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	9
5.3. Contratos de Compra de Energia.....	10
6. RESULTADOS	11
6.1. Dividendos	12
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	13
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	14
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	15
10. FLUXO DE CAIXA	15
11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	16
12. DESEMPENHO OPERACIONAL	17
13. RECONHECIMENTO	18

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

1.1. Controle

Em 19 de janeiro de 2011, a Elektro divulgou ao mercado Fato Relevante informando que seu acionista controlador indireto AEI celebrou Contrato de Compra de Ações com Iberdrola Energia do Brasil Ltda.

Esclareceu, ainda, que tão logo fossem cumpridas determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato, bem como obtidas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo a aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a AEI deveria alienar à Iberdrola a totalidade das ações detidas na Elektro, representando 99,68% do capital social e 99,97% do capital votante da Companhia.

Em abril de 2011, visando maior eficiência e simplificação da cadeia societária, com o alinhamento dos interesses dos sócios em uma única pessoa jurídica, as *holdings* brasileiras, acionistas diretas detentoras de ações ordinárias da Elektro, ETB – Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda., foram incorporadas pela *holding* brasileira EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda..

Em 27 de abril de 2011, a AEI promoveu a alienação da totalidade das ações que detinha da Elektro à Iberdrola, tendo sido celebrados todos os atos acessórios necessários à formalização da referida cessão e transferência de ações, conforme divulgado ao mercado em 28 de abril de 2011 por meio de Fato Relevante.

1.2. Oferta Pública de Ações da Elektro

A aquisição do controle da Elektro pela Iberdrola desencadeou o processo de Oferta Pública de Ações (OPA) com a finalidade de aquisição da totalidade das ações ordinárias em circulação emitidas pela Elektro, conforme artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 361. Após a troca do controle acionário, restaram em circulação 598.697 ações preferenciais e 26.665 ações ordinárias.

Posteriormente ao deferimento do Colegiado da CVM, em 13 de setembro de 2011, para a adoção de procedimento diferenciado, com fundamento no artigo 34, §1º, da Instrução CVM 361, a Iberdrola enviou a cada um dos acionistas remanescentes, detentores de ações ordinárias, carta-convite com as informações referentes ao processo de adesão à OPA.

Com a OPA, a Iberdrola ofereceu a oportunidade aos acionistas não controladores de venderem suas ações pelo preço de R\$ 19,39 por ação ordinária (corrigido até a data de liquidação), equivalente a 100% do preço por ação pago ao antigo controlador (AEI), em abril de 2011. A referida OPA não foi dirigida aos titulares de ações preferenciais da Elektro.

A OPA teve validade de 44 dias corridos, contados a partir da data da publicação do fato relevante informando sobre o lançamento da oferta, ou seja, de 21 de setembro de 2011 a 4 de novembro de 2011. Em até 10 dias úteis após o prazo final da OPA, a Iberdrola encaminhará seu resultado à CVM.

1.3. Composição acionária

Em 30 de setembro de 2011, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais. Com a aquisição do controle pela Iberdrola, a composição acionária atual é:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Energia do Brasil Ltda.	-	0,0%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	99,97%	34.535.214	33,9%	126.389.516	65,23%
Acionistas Minoritários	26.670	0,03%	598.697	0,59%	625.367	0,32%
Total	91.880.972	100,0%	101.878.293	100,0%	193.759.265	100,0%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,0%</i>

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A empresa mantém um canal de comunicação com o mercado pelo website www.elektro.com.br/ri ou pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO**JANEIRO A SETEMBRO DE 2011****3. AMBIENTE ECONÔMICO**

Os nove primeiros meses de 2011 foram marcados pela desaceleração no ritmo da atividade econômica, especialmente destacada pela redução do ritmo de crescimento da atividade industrial com altos níveis de estoque, além do aumento da incerteza no mercado financeiro, aliada a níveis crescentes de inadimplência.

Ainda, a instabilidade do cenário internacional com o agravamento da crise fiscal na Europa e das pressões sobre os EUA, levaram o governo brasileiro a tomar medidas macro prudenciais e de redução da taxa básica de juros (Selic).

A forte valorização do dólar norte-americano nos últimos meses contribuiu para ações do governo brasileiro como forma de conter a desvalorização da moeda nacional. Nos nove primeiros meses de 2011, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 11,3% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 1,8544/US\$ em 30 de setembro de 2011.

De janeiro a setembro de 2011, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o período com inflação de 4,15%, 3,74 pontos percentuais abaixo do índice registrado no mesmo período do ano anterior, quando apresentava inflação de 7,89%. Dentre os itens que compõem o índice, essa redução ocorreu de forma relevante nas matérias-primas brutas, produtos agropecuários e industriais.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o período em 4,84%, 1,24 ponto percentual acima do registrado no mesmo período de 2010, influenciado por todos os grupos de consumo, especialmente pelo grupo de alimentos, que aumentou de forma significativa em agosto de 2011.

O Comitê de Política Monetária (Copom), avaliando as últimas mudanças do ambiente macroeconômico e do nível de incertezas do mercado, decidiu reduzir a taxa Selic para 11,50% a.a., no dia 19 de outubro de 2011, 1,75 pontos percentuais abaixo da taxa de encerramento de setembro de 2010.

O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 6,00% a.a., fixada neste nível até dezembro de 2011, o mais baixo patamar desde sua criação em 1994.

Nos nove primeiros meses de 2011, as exportações e importações apresentaram cifras recordes e somaram, respectivamente, US\$ 190,000 bilhões (30,4% sobre o mesmo período de 2010) e US\$ 166,966 bilhões (25,6% superior ao período equivalente de 2010). O superávit comercial encerrou o período com US\$ 23,034 bilhões, 81,4% acima do registrado no mesmo período do ano anterior (US\$ 12,695 bilhões).

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada			
	3T11	3T10	9M11	9M10
Taxa de Câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	1,8544	1,6942	1,8544	1,6942
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-18,79%	5,96%	-11,30%	2,70%
IGP-M	0,97%	2,09%	4,15%	7,89%
IPCA	1,06%	0,50%	4,97%	3,60%
CDI	3,01%	2,61%	8,70%	7,03%
TJLP	1,47%	1,47%	4,47%	4,47%

⁽¹⁾ Cotação em 30 de setembro

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

4.1. Reajuste Tarifário de 2010

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite o repasse aos consumidores dos ganhos de eficiência estimados, por meio do Fator X. Para a Elektro, este reajuste ocorre no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010 definiu o reajuste anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi 14,49%, composto por 9,31% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Companhia apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%.

4.2. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011.

Em 8 de setembro de 2010, a Aneel deu início à Audiência Pública 040/2010, com o objetivo de receber contribuições para aprimoramento das seguintes metodologias referentes à Revisão Tarifária Periódica para o ciclo 2011-2014 (também definido como 3º Ciclo de Revisão Tarifária):

- Custos operacionais;
- Perdas Não Técnicas de Energia;
- Base de Remuneração Regulatória;
- Custo de Capital – WACC;
- Fator X;
- Outras Receitas e
- Receitas Irrecuperáveis.

O prazo para contribuições encerrou-se em 10 de janeiro de 2011. Como a Aneel não concluiu o aprimoramento da metodologia para o 3º ciclo de revisão tarifária, foi publicada a Resolução Normativa 433/2011, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia até a conclusão da metodologia definitiva a ser aplicada para o 3º ciclo. Em 23 de agosto de 2011, a Aneel decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da revisão tarifária da Elektro. Os efeitos da revisão tarifária serão retroativos a 27 de agosto de 2011.

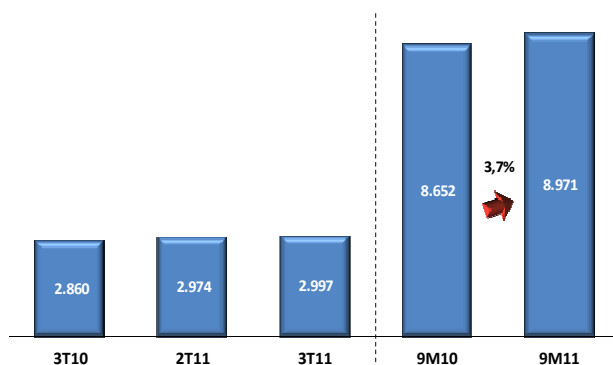
Além das metodologias a serem empregadas para a definição do nível tarifário, também se encontram em discussão a alteração da estrutura tarifária (Audiência Pública 120/2010) e a revisão das taxas de depreciação (Audiência Pública 121/2010), cujo período de contribuições encerrou-se em março de 2011.

Os resultados definitivos dessas audiências públicas ainda serão publicados pela Aneel, e consequentemente os impactos para a Elektro não podem ser mensurados com precisão. Mais informações destas audiências podem ser encontradas no site da Aneel.

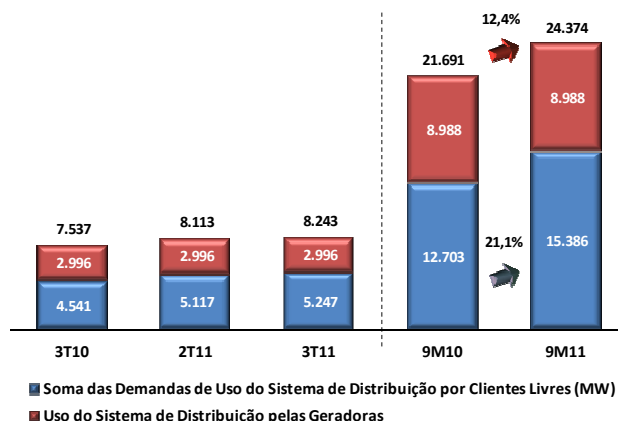
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

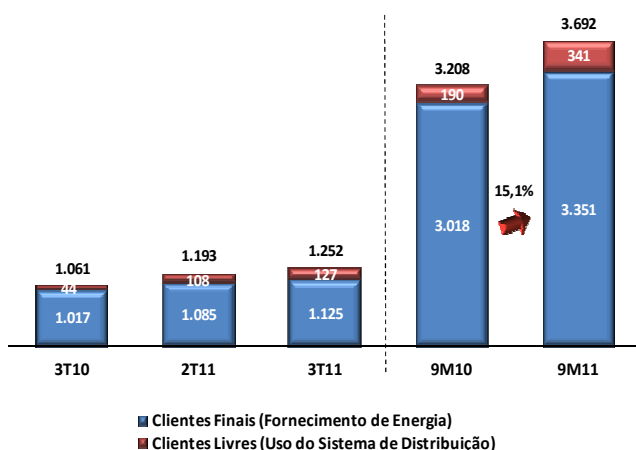
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ⁽¹⁾



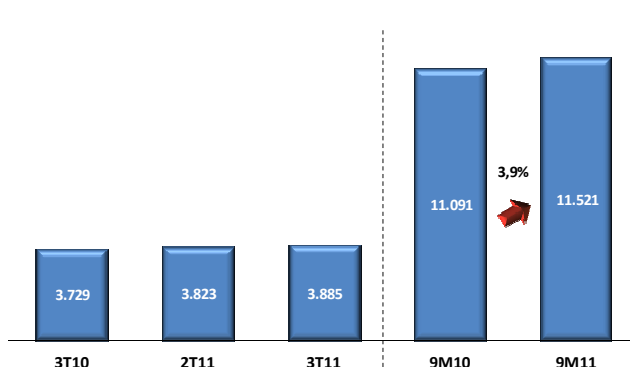
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres (MW) ⁽¹⁾



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ⁽¹⁾



⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh ⁽¹⁾					
	3T10	3T11	Var. %	9M10	9M11	Var. %
Residencial	895,0	927,2	3,6%	2.785,4	2.852,3	2,4%
Industrial	1.003,0	1.053,6	5,1%	3.007,1	3.073,6	2,2%
Comercial	417,0	467,7	12,1%	1.341,0	1.479,9	10,4%
Rural	254,8	246,3	-3,3%	657,5	668,0	1,6%
Poder Público	70,0	74,8	6,9%	210,9	222,1	5,3%
Iluminação Pública	109,5	113,3	3,4%	323,8	334,1	3,2%
Serviços Públicos	110,9	114,5	3,2%	326,5	341,2	4,5%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.860,1	2.997,4	4,8%	8.652,3	8.971,2	3,7%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW ⁽¹⁾					
	3T10	3T11	Var. %	9M10	9M11	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	7.536,9	8.243,3	9,4%	21.690,7	24.373,6	12,4%

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões					
	3T10	3T11	Var. %	9M10	9M11	Var. %
Residencial	388,5	439,7	13,2%	1.200,4	1.348,1	12,3%
Industrial	301,1	317,4	5,4%	889,0	939,9	5,7%
Comercial	163,7	199,3	21,8%	519,2	622,5	19,9%
Rural	55,6	57,4	3,2%	143,3	156,9	9,5%
Poder Público	27,6	32,3	17,1%	81,9	94,9	15,8%
Iluminação Pública	25,3	28,2	11,4%	74,1	82,1	10,7%
Serviços Públicos	33,2	35,5	6,9%	96,5	107,3	11,2%
Receita não Faturada ⁽²⁾	22,3	15,2	-31,6%	13,9	(0,3)	-102,2%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.017,2	1.125,1	10,6%	3.018,3	3.351,2	11,0%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	R\$ milhões					
	3T10	3T11	Var. %	9M10	9M11	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	82,6	126,9	53,7%	228,2	340,5	49,3%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	1.099,8	1.252,0	13,8%	3.246,5	3.691,7	13,7%
--	----------------	----------------	--------------	----------------	----------------	--------------

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes.

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

⁽²⁾ Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base na receita estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Nos primeiros nove meses de 2011, a Elektro forneceu aproximadamente 8.970 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 3,7% quando comparado ao mesmo período de 2010. Deste volume de energia, aproximadamente 2.996 GWh foram fornecidos no período de julho a setembro.

No acumulado até setembro de 2011, houve crescimento em todas as classes de consumo. O desempenho das classes residencial e comercial foi impactado pela migração de 6.500 unidades consumidoras, classificadas como condomínios, referentes ao consumo das áreas comuns destes empreendimentos, da classe residencial para a comercial, fato este imposto pela Resolução Aneel 414/2010. Expurgado este efeito, as classes residencial e comercial apresentaram, respectivamente, crescimento de 3,9% e 7,2%, em relação aos primeiros nove meses de 2010.

O aumento no consumo da classe comercial, além da migração das 6.500 unidades consumidoras vindas da classe residencial, mantém-se sustentado pelas vendas no varejo, aquecidas em virtude da expansão de renda média das famílias e emprego.

O desempenho de 2,4% da classe residencial, nos nove primeiros meses de 2011, foi um pouco abaixo do crescimento esperado, reflexo das baixas temperaturas registradas nos últimos meses.

O crescimento de 2,2% da classe industrial, abaixo da média de todas as classes de consumo da Elektro, ocorreu devido principalmente à migração de grandes clientes do mercado cativo para o mercado livre, afetando negativamente o mercado industrial e positivamente o volume de energia no mercado livre, e do reflexo negativo dos resultados da Produção Industrial. O consumo total da classe industrial, somando-se os clientes livres e os cativos, apresentou crescimento de 3,2%.

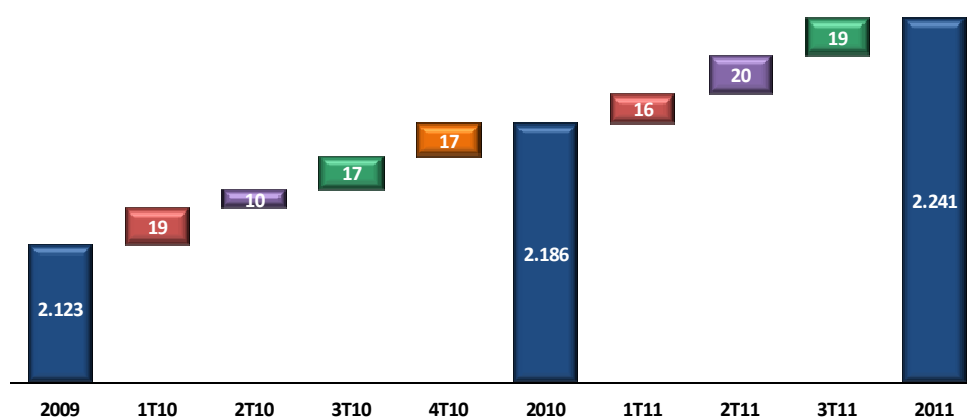
Na área de concessão, o crescimento do mercado da Elektro no acumulado até setembro de 2011 foi de 3,9%, sendo que o mercado cativo cresceu 3,7%. O total da demanda do uso do sistema de distribuição, considerando as geradoras, apresentou aumento de 12,4% quando comparado ao acumulado até setembro de 2010. Quando é analisada a demanda do mercado cativo somada à demanda dos clientes livres, o crescimento apresentado pela soma da demanda do uso do sistema de

distribuição é de 8,5%. Em setembro de 2010 a Elektro possuía 54 clientes livres, frente a 66 clientes livres em setembro de 2011.

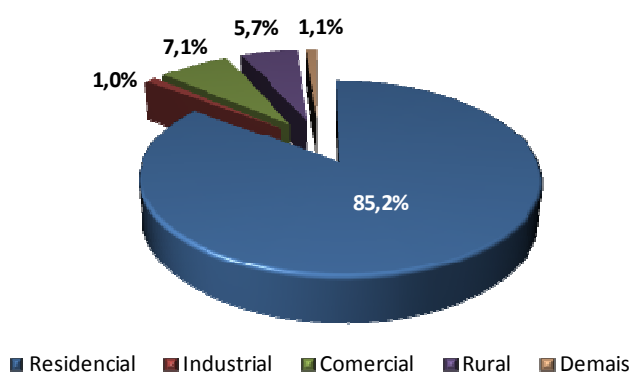
A receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição cresceu 13,7% nos nove primeiros meses de 2011 sobre igual período do ano anterior. O montante apurado foi de R\$ 3.691,7 milhões contra R\$ 3.246,5 milhões nos primeiros nove meses de 2010.

Em setembro deste ano foram atendidos 2.241 mil clientes, representando um crescimento de 3,3%, ou um acréscimo de 72 mil novos clientes, quando comparado ao mês de setembro de 2010, decorrente do crescimento vegetativo da população da área de concessão e, conseqüentemente, do aumento do número de domicílios ligados à rede elétrica.

Evolução do Número de Clientes (*)
(Milhares)



Segmentação dos Clientes (*)
(Total: 2,2 milhões)

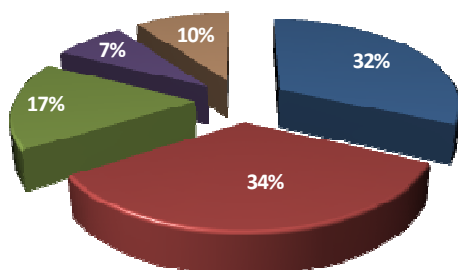


(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

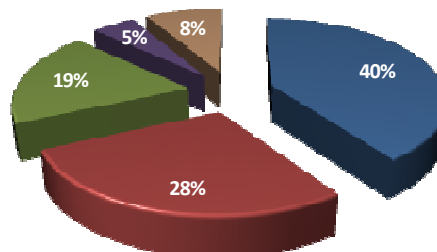
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a setembro de 2011:

**Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais
(8.970,2 GWh) (*)**



**Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais
(R\$ 3.351,2 milhões)**



■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais¹

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

¹ Inclui receita não faturada a clientes finais.

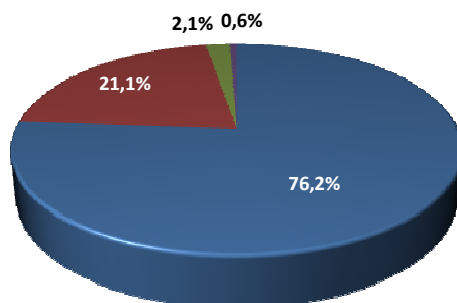
5.3. Contratos de Compra de Energia

Durante os primeiros nove meses de 2011, 76,2% do suprimento de energia para a Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia, no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 21,1% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 2,1% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 0,6% de contratos bilaterais.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela Aneel, a Elektro participou de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2011 e 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em 12/2004). Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro de janeiro a setembro de 2011:

Contratos de Compra de Energia (*)



■ Leilões de Energia ■ Itaipu ■ Proinfa ■ Contratos Bilaterais

6. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	3T11	2T11	3T10	Δ %		9M11	9M10	Δ %
				3T11 / 3T10	9M11 / 9M10			
Receitas Operacionais	1.334,2	1.289,5	1.231,7	8,3%		3.978,1	3.581,0	11,1%
Venda de Energia Clientes Finais	1.125,1	1.084,9	1.017,2	10,6%		3.351,2	3.018,3	11,0%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição ¹	126,9	107,8	82,6	53,6%		340,5	228,2	49,2%
Receita de construção	66,5	75,9	98,1	-32,2%		221,9	266,8	-16,8%
Outras Receitas ¹	15,7	20,9	33,9	-53,7%		64,4	67,8	-5,0%
Deduções às Receitas Operacionais	(440,7)	(428,0)	(379,3)	16,2%		(1.315,5)	(1.142,4)	15,2%
Receitas Operacionais Líquidas	893,5	861,5	852,5	4,8%		2.662,6	2.438,6	9,2%
Custo do serviço de energia elétrica e operação	(555,0)	(538,9)	(513,0)	8,2%		(1.635,9)	(1.486,4)	10,1%
Energia Comprada para Revenda	(428,1)	(412,9)	(406,2)	5,4%		(1.264,0)	(1.157,3)	9,2%
Gastos Operacionais	(126,9)	(126,0)	(106,8)	18,8%		(371,8)	(329,2)	12,9%
Gastos com pessoal	(48,1)	(51,3)	(33,8)	42,3%		(141,2)	(100,3)	40,8%
Gastos com materiais	(6,8)	(8,5)	(3,9)	74,4%		(22,1)	(23,6)	-6,4%
Gastos com serviços de terceiros	(16,2)	(10,5)	(22,3)	-27,4%		(40,7)	(67,4)	-39,6%
Outros Gastos Operacionais	(55,9)	(55,6)	(46,9)	19,2%		(167,8)	(137,9)	21,7%
Custo de Construção	(66,5)	(75,9)	(98,1)	-32,2%		(221,9)	(266,8)	-16,8%
Despesas Operacionais	(54,2)	(54,4)	(37,6)	44,1%		(159,6)	(119,7)	33,3%
Resultado do Serviço	217,8	192,3	203,8	6,9%		645,2	565,7	14,1%
EBITDA ²	258,0	231,6	241,1	7,0%		763,7	673,2	13,4%
Resultado Financeiro	(20,6)	(6,8)	(24,1)	-14,5%		(42,8)	(59,3)	-27,8%
Lucro Líquido	130,6	123,2	117,9	10,8%		397,1	334,3	18,8%

¹ Em função do efeito das baixas de ativos e passivos regulatórios, algumas informações de 2010 foram reclassificadas para melhor apresentação e comparabilidade.

² O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, e depreciação e amortização. A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

Nos primeiros nove meses de 2011, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 4,0 bilhões, registrando aumento de 11,1%, quando comparada ao mesmo período de 2010.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,7 bilhões, registrando crescimento de 9,2% em relação ao período de janeiro a setembro de 2010. O incremento observado deve-se a (i) reajuste tarifário de agosto de 2010, com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 8,91% e (ii) crescimento do consumo de energia em todas as classes de consumo, principalmente na classe comercial.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 9,2% em comparação ao mesmo período de 2010, devido ao incremento no volume comprado e aumento da tarifa média de energia nos reajustes dos contratos de compra.

O resultado do serviço foi de R\$ 645,2 milhões, com aumento de 14,1% sobre o resultado de 2010.

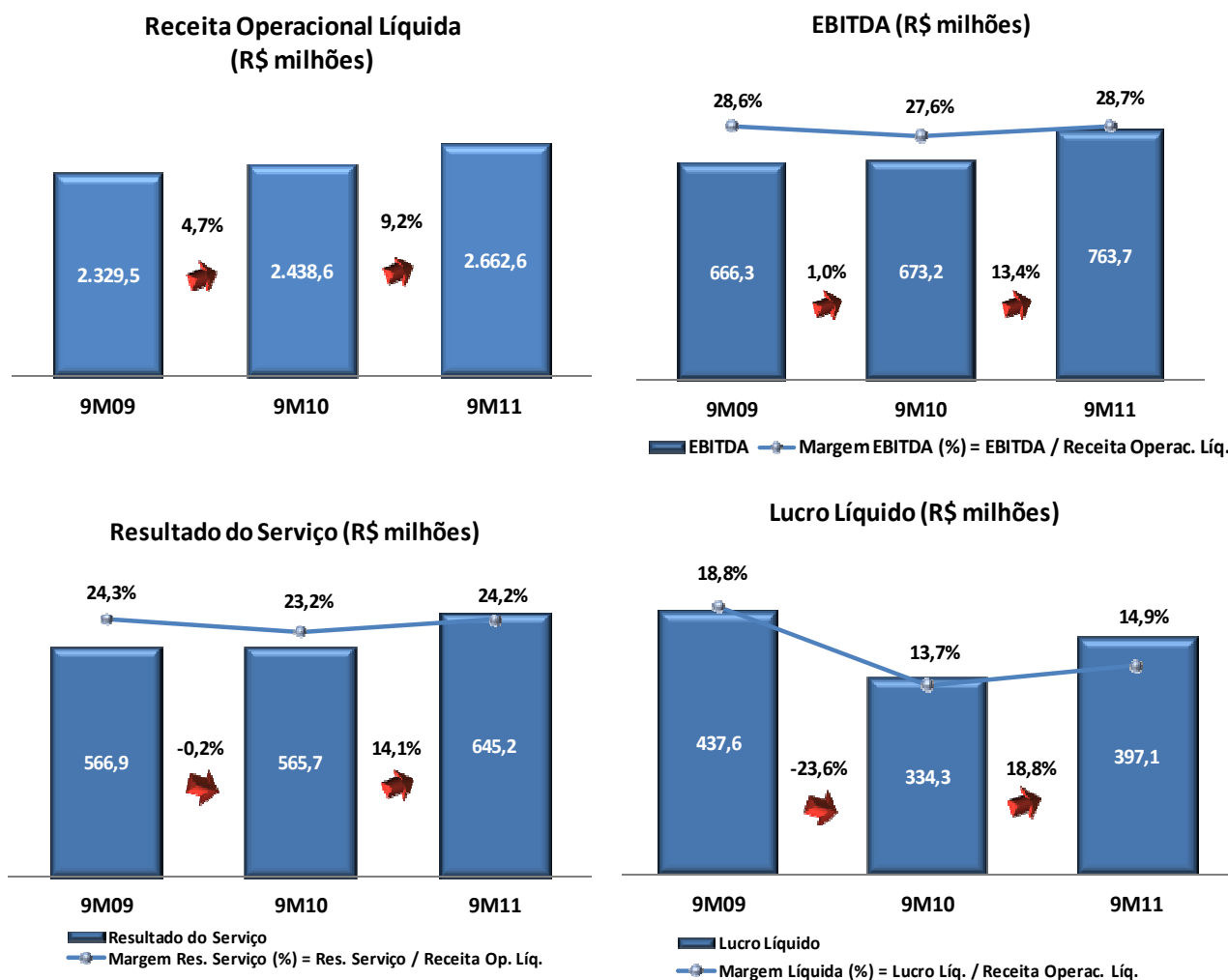
A Elektro encerrou o período com EBITDA de R\$ 763,7 milhões, apresentando um aumento de 13,4% em relação a 2010. Esta variação ocorreu principalmente em função do aumento na receita de fornecimento de energia, compensado parcialmente pelo aumento do custo de compra de energia e aumento de custos e despesas operacionais com pessoal, principalmente pelo reajuste salarial em junho de 2011 (8,0%), PLR especial em função da transferência de controle acionário da Companhia (vide Nota Explicativa nº 32), complemento da provisão especial de aposentadoria (PEA) em função da prorrogação do acordo coletivo de trabalho de 2013 para 2015, e provisão para contingências.

O resultado financeiro dos nove primeiros meses de 2011 foi uma despesa líquida de R\$ 42,8 milhões, apresentando variação positiva de R\$ 16,5 milhões frente à despesa financeira líquida auferida em 2010, de R\$ 59,3 milhões, devido principalmente ao efeito da desaceleração do IGP-M, que impactou a variação monetária da 2ª série da 2ª emissão de debêntures até sua amortização em 1º de setembro de 2011, atrelado ao maior rendimento de aplicações financeiras decorrentes do maior saldo de caixa. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa de juros de empréstimos com

terceiros, após pré-pagamento das dívidas com o BNDES em abril de 2011, em decorrência da mudança de controle acionário.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 397,1 milhões nos primeiros nove meses de 2011, comparado com o resultado de R\$ 334,3 milhões do ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, no período de janeiro a setembro de 2011, comparados ao mesmo período de 2010 e 2009.



6.1. Dividendos

Em 29 de abril de 2011 a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,0 milhões, referente ao exercício de 2010 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 26 de agosto de 2011.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 253,9 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2011. O pagamento dos dividendos intermediários será efetuado em três parcelas iguais de R\$ 84,6 milhões cada uma. O primeiro e segundo pagamentos ocorreram nos dias 26 de agosto e 26 de outubro de 2011, respectivamente. A terceira e última parcela será paga em 21 de dezembro de 2011.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

	30/09/2011			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros				
Debêntures	11,2	599,3	610,5	52,9%
BNDES Finem/ Finame	0,1	5,7	5,8	0,5%
Eletrobrás	10,6	84,0	94,6	8,2%
Finep	8,2	35,3	43,5	3,8%
Linha 4131 ⁽¹⁾	19,8	363,4	383,2	33,2%
Arrendamento mercantil	4,7	12,4	17,1	1,5%
Total da Dívida	54,6	1.100,0	1.154,6	100,0%
Perfil da Dívida	5%	95%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽²⁾			(265,5)	
Endividamento Líquido			889,1	

(1) Convertido à taxa na data de fechamento do câmbio, em 30 de junho, no valor de R\$ 1,5611 / US\$.

(2) Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

A Elektro encerrou os primeiros nove meses de 2011 com endividamento líquido de R\$ 889,1 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 1.154,6 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 265,5 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 95% do total do endividamento.

Entre janeiro e setembro de 2011, a empresa captou R\$ 11,9 milhões em recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio de linhas de financiamento já existentes.

Adicionalmente, a empresa captou em 15 de abril de 2011, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360 milhões (US\$ 229 milhões). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado desta operação, a empresa contratou um SWAP com o mesmo prazo de vencimento e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Os recursos acima foram utilizados para o pagamento da totalidade do saldo devedor, no valor de R\$ 288,1 milhões, pagos aos agentes repassadores em decorrência da troca de controle acionário da Elektro.

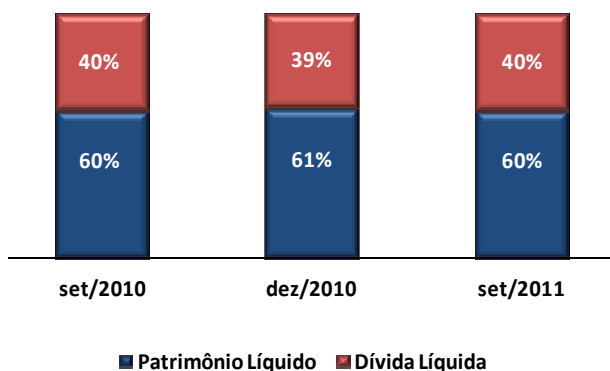
Ainda, em julho de 2011, o BNDES aprovou o financiamento do Programa de Investimentos 2011/2012 no montante total de R\$ 188,5 milhões para realização de expansão e melhorias do sistema de distribuição de energia elétrica, bem como a implantação de nove subestações e duas linhas de transmissão. Esta captação está em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de suas operações.

Em 15 de agosto de 2011, a Elektro efetuou a 5ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300 milhões, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 120 milhões, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,98% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 180 milhões, à taxa IPCA acrescida de 7,6813% a.a..

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para a liquidação das debêntures da segunda emissão da Elektro, com vencimento em 1º de setembro de 2011, e para o reforço de seu capital de giro.

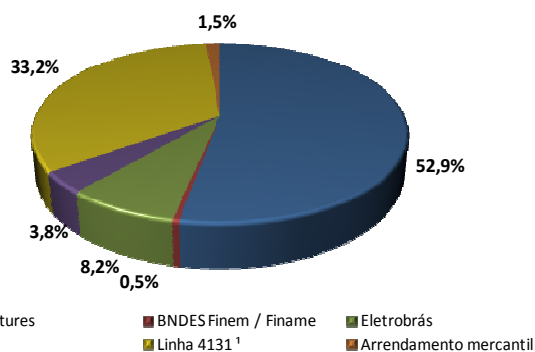
A captação total de financiamentos no período, considerando o financiamento do programa de investimentos da Elektro, outras linhas de financiamento de longo prazo e a 5ª Emissão de Debêntures, atingiu o montante total de R\$ 671,9 milhões.

Estrutura de Capital
Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)

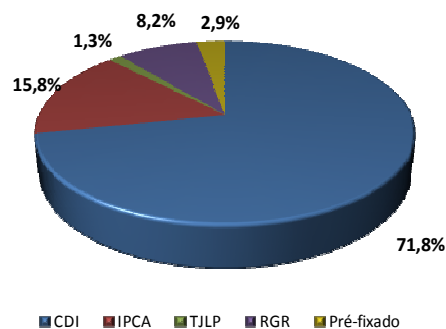


Em 30 de setembro de 2011, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade do Financiamento
(Total: R\$ 1.154,6 milhões)



Indexação
(Total: R\$ 1.154,6 milhões)



¹ Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de Swap para CDI.

² Consideram recursos da FINEP sem indexação.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em brAAA, o melhor *rating* da escala de crédito. A 4ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de julho de 2010 e a 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, também são classificadas em brAAA.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Atualmente, a Elektro possui três operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (SWAP) que têm como objetivo mitigar 100% do risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira com início e vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

A empresa também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

10. FLUXO DE CAIXA

	Valores em R\$ milhões		Δ R\$ milhões
	9M11	9M10	9M11 / 9M10
Lucro líquido do período	397,1	334,3	62,8
Depreciação e outras amortizações	118,6	107,5	11,1
Amortização de tributos diferidos	24,2	67,1	(42,9)
Juros e variação monetária e cambial	97,3	104,0	(6,7)
Outros	75,8	41,2	34,6
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	315,8	319,7	(3,9)
Lucro Líquido Ajustado	712,9	654,0	58,9
Varição do Capital de Giro Operacional	(175,0)	(112,6)	(62,4)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	537,9	541,4	(3,5)
Adições ao intangível	(221,9)	(266,7)	44,8
Outros	(7,3)	4,8	(12,1)
Atividades de Investimento	(229,2)	(261,9)	32,7
Amortização de principal	(633,4)	(547,2)	(86,2)
Captação de empréstimos e debêntures	674,3	385,6	288,7
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	40,9	(161,6)	202,5
Dividendos Propostos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(307,7)	(274,0)	(33,7)
Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(266,8)	(435,7)	168,9
Geração (consumo) Líquido de Caixa	41,9	(156,1)	198,0
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	223,4	283,8	(60,4)
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	265,2	127,7	137,5

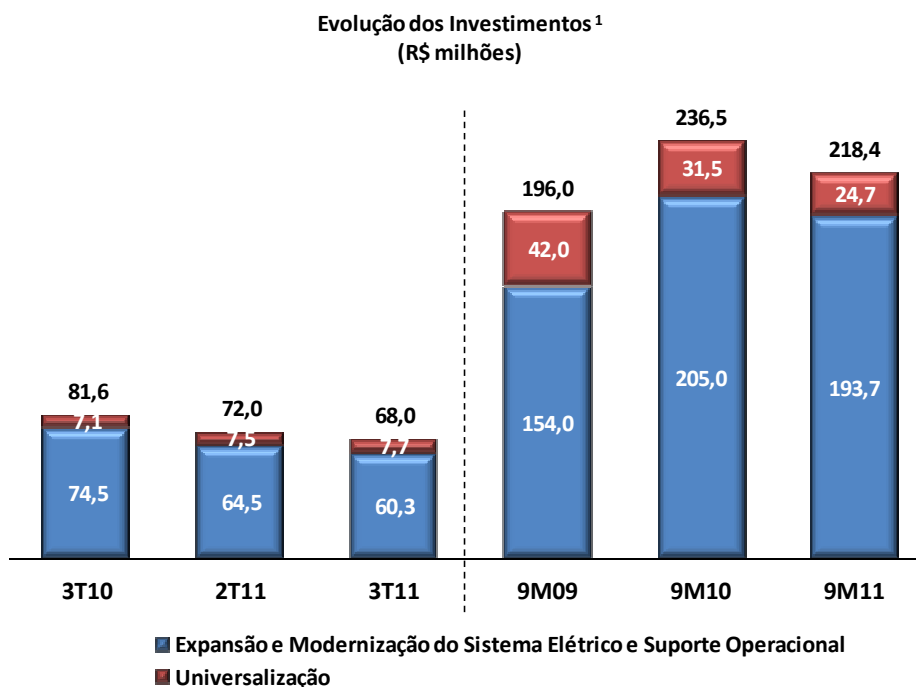
No período de janeiro a setembro de 2011, a geração líquida de caixa foi de R\$ 41,9 milhões, superior em R\$ 198,0 milhões em relação ao mesmo período de 2010. As principais justificativas para esta variação positiva foram:

- Geração de caixa por atividades de financiamento, R\$ 202,5 milhões superior a 2010, principalmente em função da captação de debêntures e de linhas de financiamento de longo prazo no valor de R\$ 660,0 milhões, associada ao pagamento antecipado dos financiamentos da Companhia junto ao BNDES e da amortização da 2ª Emissão de Debêntures, no valor total de R\$ 514,5 milhões;
- Redução no consumo de caixa nas atividades de investimento de R\$ 44,8 milhões, devido a investimentos não recorrentes em 2010, referentes à aquisição de veículos e equipamentos de transporte, materiais e ferramentas, equipamentos de informática e ampliação e reforma de imóveis para o Projeto Novas Tecnologias;

- Os itens acima contribuíram para elevação da geração de caixa e foram parcialmente compensados pela elevação, em R\$ 33,7 milhões, dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Entre janeiro e setembro de 2011, a Elektro investiu R\$ 231,4 milhões, dos quais R\$ 13,0 milhões foram realizados com recursos de clientes.



¹ Exclui investimentos realizados com recursos de clientes

Os principais programas de investimentos foram:

- R\$ 193,7 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 61,2 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 18,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 72,9 milhões associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão, e (iv) R\$ 41,4 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.
- R\$ 24,7 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 8,2 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 1.180 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - R\$ 16,5 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados até o 3º trimestre de 2010 foram superiores aos realizados no mesmo período de 2009 devido à aquisição de equipamentos como veículos e equipamentos de transporte, materiais e ferramentas, equipamentos de informática e ampliação e reforma de imóveis para o Projeto Novas Tecnologias.

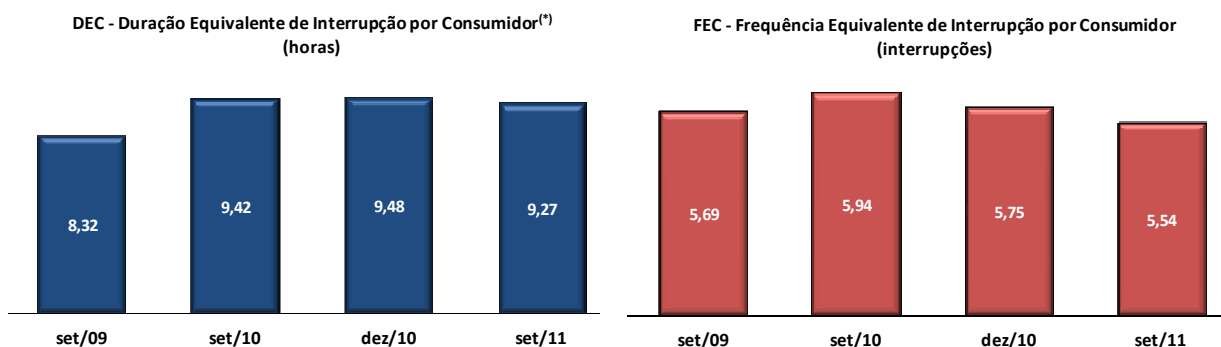
Os investimentos não recorrentes em 2010 explicam a redução em 2011 quando comparado com o ano anterior. Esta redução é parcialmente compensada por investimentos em tecnologia da informação e infra-estrutura para atendimento à Resolução Aneel nº 414, que estabelece a abertura de novas agências de atendimento presencial, e implantação do Projeto de Leitura e Entrega Simultânea das contas de energia.

Nos meses de julho a setembro de 2011, os investimentos somaram R\$ 70,8 milhões, dos quais R\$ 2,8 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores DEC e FEC, anualizados em setembro de 2011, apresentaram melhora em relação ao mesmo período de 2010. Os investimentos realizados no sistema elétrico, notadamente no plano anual de manutenção preventiva e preditiva, utilização de novas tecnologias e componentes de rede aperfeiçoaram a robustez do sistema, garantindo melhor confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, apesar das condições atmosféricas mais rigorosas.

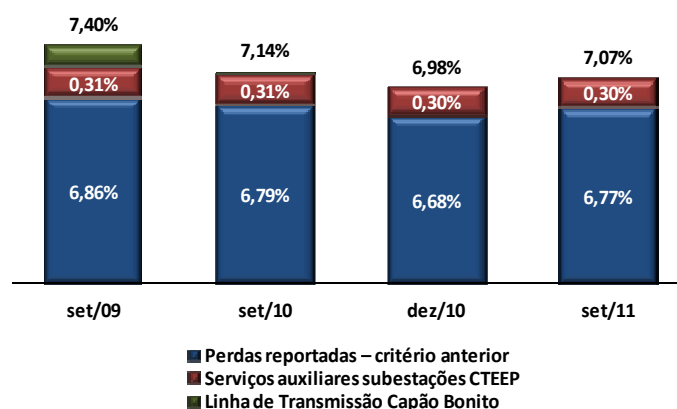
No gráfico abaixo, demonstramos os valores de DEC e FEC dos últimos três anos.



^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 30/09/2009 seriam 11,11 e 6,91, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 30/09/2010 seriam 14,80 e 7,63, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2010 seriam 12,50 e 6,72, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 30/09/2011 seriam 12,96 e 6,79, respectivamente.

Perdas de Energia^(*)



^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Obs.: 1 - O método de cálculo das perdas considerado é uma média móvel de 12 meses

2 - O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro

3 - Estão sendo considerados os ajustes de serviço auxiliar CTEEP e das linhas de transmissão de Capão Bonito, que somados ao índice de perdas globais resultam no índice total do período em análise.

Até setembro de 2011, as perdas globais apresentaram queda quando comparadas a setembro de 2010 e 2009, registrando o índice de 7,07 %, ou seja, redução de 0,07 pontos percentuais.

Os valores acima incluem dois itens que eram anteriormente expurgados das perdas divulgadas, por serem fatores fora do controle da Companhia: (i) perdas no Sistema de Transmissão de Capão Bonito, que foram expurgados porque eram transitórios e foram eliminados quando da entrada em operação da SE Itararé II 230-138 kV, e (ii) perdas nos sistemas auxiliares das subestações operadas pela CTEEP, conforme informado em relatórios anteriores.

A administração da Elektro entende que, apesar de serem itens não gerenciáveis pela Companhia, tais ajustes devem ser incorporados ao seu índice de perdas globais, por ocorrerem em sua área de concessão e afetarem suas necessidades de compra de energia e, a partir de 2010, passa a incluí-los nos índices apresentados. O gráfico acima mostra ainda a reconciliação entre os valores apresentados em períodos anteriores e os mesmos reapresentados de acordo com o novo critério.

13. RECONHECIMENTO

XII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente

No dia 30 de maio de 2011 a Elektro foi premiada com o XII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente. O Prêmio, considerado o maior e mais importante prêmio de relações de consumo do Brasil, e organizado pelo Grupo Padrão, foi criado com o objetivo de identificar e difundir as melhores práticas em serviços ao cliente no Brasil e reconhecer aquelas empresas que privilegiam a excelência no atendimento, mantendo alto índice de satisfação e fidelidade.

Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, Melhor Gestão Operacional e Melhor Qualidade da Gestão

Em 10 de agosto de 2011, a Elektro foi premiada pela quinta vez (2004, 2005, 2007, 2010 e 2011) como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), entre as empresas com mais de 500 mil clientes. Além do prêmio Nacional e da região Sudeste, a Elektro também foi vencedora nas seguintes categorias: Melhor Gestão Operacional (2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011) e Melhor Qualidade da Gestão.

Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. A avaliação da Gestão Operacional, na qual a empresa se destacou pela sétima vez, considera itens como perdas de energia, continuidade do fornecimento, segurança (de colaboradores, parceiros e da população) qualidade do faturamento e inadimplência. A premiação da Melhor Distribuidora do País considera, além destes fatores, a avaliação pelo consumidor e a qualidade da gestão. O prêmio em Qualidade da Gestão reconhece e valoriza as melhores práticas adotadas pela Elektro em seus processos e ratifica outro grande prêmio recebido recentemente, o Prêmio Nacional de Qualidade, obtido no ano passado.

Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País para se trabalhar

Em 15 de agosto, a Elektro foi considerada pelo *Great Place to Work* e Revista *Época*, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País para se trabalhar. A empresa ficou na 19ª colocação, entre todas as empresas do Brasil com 92% de satisfação na Pesquisa de Clima.

Neste ano, 923 empresas participaram da pesquisa, que avaliou o índice de confiança dos funcionários com o ambiente de trabalho e as melhores práticas de gestão de pessoas das empresas. Para conquistar esta classificação, os colaboradores responderam de forma voluntária, sigilosa e anônima a um questionário sobre o ambiente de trabalho e um relatório, denominado de *Culture Audit*, elaborado com o objetivo de detalhar as melhores práticas e benefícios do ambiente de trabalho Elektro.

Destaque na premiação do Guia Você S/A Exame

A Elektro conquistou no dia 6 de setembro, em São Paulo, o reconhecimento em duas categorias: Empresa Revelação do Ano e Melhor Empresa no Setor de Serviços Públicos, que destacam a empresa com maior nota geral na pesquisa entre os estreantes e com maior nota geral no segmento em que atua. A pesquisa é desenvolvida pela Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo, tendo como finalidade a elaboração da lista das 150 melhores empresas do país. Estar nesta lista, valorizada pelo mercado e pelo público brasileiro, significa que a empresa foi reconhecida pelo seu alto nível de qualidade no ambiente organizacional.

O índice de satisfação dos colaboradores, obtido pela Elektro, foi de 93,2%, uma das maiores notas entre as 150 melhores empresas do país.

Melhor empresa para trabalhar na região de Campinas

A Elektro recebeu no dia 29 de setembro, o prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar em Campinas e Região. O evento, promovido pelo Grupo RAC (Rede Anhanguera de Comunicação), e pelo *Great Place to Work* premiou as 16 Melhores Empresas da Região.

Mais informações sobre a Elektro no site www.elektro.com.br

Relações com Investidores

☎ (19) 2122-1487

✉ ri@elektro.com.br

Balancos patrimoniais
em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		955.748	928.096
Caixa e equivalentes de caixa	6	265.240	223.357
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	640.871	612.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(42.491)	(41.792)
Energia livre	9	2.297	3.196
TUSD-G	10	20.123	64.828
Tributos a compensar	11	33.123	38.265
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	10.915	5.503
Almoxarifado		9.780	8.945
Outros créditos		15.890	13.372
Não circulante		2.405.496	2.314.132
Parcelamentos de débitos e supridores	7	37.738	39.272
Energia livre	9	-	4.628
TUSD-G	10	26.978	18.164
Tributos a compensar	11	26.919	27.188
Caução de fundos e depósitos vinculados	12	12.763	11.750
Depósitos judiciais	13	57.100	51.325
Tributos diferidos	37	135.856	159.065
Outros créditos		3.680	3.958
Ativo indenizável (concessão)	14.2	338.445	283.259
Propriedades para investimento	15	4.254	4.254
Imobilizado	16	16.666	19.139
Intangível	14.3	1.745.097	1.692.130
Total do Ativo		3.361.244	3.242.228

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

Balancos patrimoniais
em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)

Passivo	Notas	30/09/2011	31/12/2010
Circulante		745.197	1.042.958
Empréstimos e financiamentos	17	38.730	196.701
Debêntures	18	11.168	219.935
Arrendamento mercantil	19	4.707	5.406
Fornecedores e supridores de energia elétrica	20	263.303	272.866
Tributos a recolher	21	127.997	148.772
Encargos do consumidor	22	35.040	32.453
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	169.259	55.062
Provisões e encargos sobre folha de pagamento	24	44.352	47.667
Energia livre	9	2.275	4.201
TUSD-G	10	4.554	16.804
Obrigações P&D e eficiência energética	25	14.725	13.063
Plano especial de aposentadoria	26.2	949	705
Outros passivos		28.138	29.323
Não circulante		1.271.498	831.203
Empréstimos e financiamentos	17	488.293	363.429
Debêntures	18	599.310	298.687
Arrendamento mercantil	19	12.420	11.311
Energia livre	9	6.714	9.701
Obrigações P&D e eficiência energética	25	30.927	31.219
Plano especial de aposentadoria	26.2	14.120	9.520
Provisão para ações judiciais e regulatórias, líquidas	27.1	118.072	102.974
Outros passivos		1.642	4.362
Patrimônio líquido	28	1.344.549	1.368.067
Capital social		952.492	952.492
Outras reservas - Pagamentos baseados em ações	29	-	4.333
Reserva de capital		50.539	50.539
Reservas de lucros		146.800	146.800
Outros resultados abrangentes		54.357	45.866
Lucros acumulados		140.361	-
Dividendos adicionais propostos	23	-	168.037
Total do Passivo		3.361.244	3.242.228

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

Demonstração de resultados
para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2011 e de 2010 e 1º de julho a 30 de
setembro de 2011 e de 2010
(em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	3º Trimestre 2011	30/09/2011	3º Trimestre 2010	30/09/2010
Receitas operacionais líquidas	30	893.522	2.662.589	852.471	2.438.561
Custo do serviço de energia elétrica e operação		(555.019)	(1.635.883)	(513.023)	(1.486.418)
Energia comprada para revenda	31	(428.110)	(1.264.042)	(406.209)	(1.157.266)
Gastos com pessoal	32	(48.052)	(141.197)	(33.776)	(100.255)
Gastos com materiais	33	(6.790)	(22.134)	(3.869)	(23.561)
Gastos com serviços de terceiros	34	(16.194)	(40.704)	(22.282)	(67.415)
Depreciação		(1.341)	(3.888)	(1.630)	(4.847)
Amortização de ativo intangível		(38.922)	(114.670)	(35.646)	(102.619)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(16.064)	(50.597)	(10.782)	(33.854)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação		454	1.349	1.171	3.399
Custo de construção	14.4	(66.541)	(221.933)	(98.052)	(266.778)
Lucro operacional bruto		271.962	804.773	241.396	685.365
Despesas operacionais		(54.182)	(159.620)	(37.593)	(119.659)
Despesas com vendas		(6.229)	(22.747)	(5.976)	(16.834)
Despesas gerais e administrativas		(17.984)	(53.517)	(14.845)	(42.580)
Outras despesas operacionais líquidas	35	(29.969)	(83.356)	(16.772)	(60.245)
Resultado do serviço		217.780	645.153	203.803	565.706
Resultado financeiro	36	(20.599)	(42.808)	(24.104)	(59.297)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		197.181	602.345	179.699	506.409
Imposto de renda	37	(40.732)	(132.512)	(28.735)	(77.082)
Imposto de renda diferido	37	(8.046)	(17.763)	(16.758)	(49.455)
Contribuição social	37	(14.932)	(48.567)	(10.314)	(27.942)
Contribuição social diferida	37	(2.896)	(6.394)	(6.035)	(17.600)
Lucro líquido do período		130.575	397.109	117.857	334.330
Lucro líquido básico e diluído por ação:					
Preferencial		0,70	2,14	0,64	1,80
Ordinária		0,64	1,95	0,58	1,64

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2011 e de 2010 e 1º de julho a 30 de
setembro de 2011 e de 2010
(em milhares de reais)**

	Notas	3º Trimestre		3º Trimestre	
		2011	30/9/2011	2010	30/09/2010
Lucro líquido do período		130.575	397.109	117.857	334.330
Outros resultados abrangentes do exercício		(1.358)	(1.839)	(2.044)	(4.516)
Ganho na marcação a mercado do ativo indenizável ICPC01 - Contratos de concessão	14.2	3.307	12.864	4.724	16.624
Tributo diferido sobre a marcação a mercado		(1.123)	(4.373)	(1.606)	(5.652)
Ganho (Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	26.1	-	45.075	(18.421)	(55.266)
Efeito do limite do ativo de benefício definido	26.1	(5.365)	(60.725)	10.601	31.801
Tributo diferido sobre ajustes atuariais		1.823	5.320	2.658	7.977
Total do resultado abrangente do período		129.217	395.270	115.813	329.814

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o período findo em 30 de setembro de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Pagamentos baseados em ações	Reservas de lucro/legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	952.492	50.539	2.680	143.078	-	155.589	29.555	1.333.933
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	450.403	-	-	450.403
Outros resultados abrangentes:								
Marcação do valor justo - ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	16.311	16.311
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(20.653)	(20.653)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(20.653)	-	20.653	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(155.589)	-	(155.589)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	1.653	-	-	-	-	1.653
Efeito de capitalização de leasing	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	22.521	(22.521)	-	-	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(190.352)	-	-	(190.352)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(18.799)	(149.238)	168.037	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(67.639)	-	-	(67.639)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	952.492	50.539	4.333	146.800	-	168.037	45.866	1.368.067
Lucro líquido do período	-	-	-	-	397.109	-	-	397.109
Outros resultados abrangentes:								
Marcação do valor justo - ativo financeiro	-	-	-	-	-	-	8.491	8.491
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(10.330)	(10.330)
Reclassificação requerida parágrafo 98 b do CPC 33	-	-	-	-	(10.330)	-	10.330	-
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(168.037)	-	(168.037)
Reconhecimento de pagamento baseado em ações	-	-	3.132	-	-	-	-	3.132
Reversão de pagamentos baseado em ações	-	-	(7.465)	-	7.465	-	-	-
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos e pagos parcialmente	-	-	-	-	(253.883)	-	-	(253.883)
Saldos em 30 de setembro de 2011	952.492	50.539	-	146.800	140.361	-	54.357	1.344.549

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa
para o período findo em 30 de setembro de 2011 e de 2010
(em milhares de reais)

	3º Trimestre 2011	30/09/2011	3º Trimestre 2010	30/09/2010
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	130.575	397.109	117.857	334.330
Itens que não afetam o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	119.917	315.791	104.790	319.673
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.706	22.121	7.489	19.452
Juros e variações monetárias e cambial	37.740	97.257	32.912	103.993
Depreciação e amortizações	40.263	118.558	37.275	107.466
Perda na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	15.535	18.411	1.973	14.186
Plano de pensão	(5.365)	(15.650)	(7.819)	(23.465)
Plano especial de aposentadoria	5	12	6	(246)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	3.670	16.893	(774)	1.167
Amortização de tributos diferidos	10.942	24.157	22.793	67.055
Programa de P&D e eficiência energética	10.421	30.900	10.431	28.715
Pagamentos baseados em opções de ações	-	3.132	504	1.350
Variações no ativo e passivo	(63.626)	(174.958)	(60.012)	(112.566)
Consumidores	(34.796)	(48.337)	(67.603)	(65.696)
Almozarifado - Ativo circulante	(1.330)	(835)	(1.985)	(3.538)
Tributos a compensar	9.249	5.411	12.144	15.926
Ativos acordo TUSD-G	14.228	41.507	21.227	45.918
Outros créditos	(4.450)	191	(1.504)	(2.364)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrend. mercantil)	(50.655)	(88.710)	(50.335)	(81.811)
Fornecedores e fornecedores de energia elétrica e encargos do consumidor	18.043	(6.975)	24.331	17.635
Tributos a recolher	47.754	155.935	38.964	83.139
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40.971)	(176.710)	(22.076)	(70.936)
Passivos acordo TUSD-G	(4.526)	(13.202)	(4.065)	(11.913)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	(792)	(1.795)	(365)	(1.950)
Plano especial de aposentadoria	5.692	4.449	(1.121)	(3.215)
Programa de P&D e eficiência energética	(10.832)	(32.835)	(6.959)	(21.770)
Outros passivos	(10.240)	(13.052)	(665)	(11.991)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	186.866	537.942	162.635	541.437
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(59.948)	(229.229)	(57.516)	(261.900)
Adições ao intangível	(66.523)	(221.932)	(98.050)	(266.742)
Valor recebido na venda do ativo intangível e ativo indenizável	(9.585)	(3.428)	1.904	4.083
Adições ao imobilizado	-	-	-	-
Valor recebido na venda de investimento	-	-	-	116
Caução de fundos e depósitos vinculados	16.160	(3.869)	38.630	643
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(262.203)	(266.830)	(205.042)	(435.660)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(252.663)	(307.720)	(63.448)	(274.027)
Amortização de empréstimos e debêntures (principal)	(308.196)	(629.241)	(503.643)	(540.444)
Amortização de arrendamento mercantil (principal)	(718)	(4.206)	(2.289)	(6.765)
Captação de empréstimos	271	375.234	66.370	87.608
Captação de debêntures	299.103	299.103	297.968	297.968
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(135.285)	41.883	(99.923)	(156.123)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	400.525	223.357	227.631	283.831
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	265.240	265.240	127.708	127.708
Varição no caixa e equivalentes de caixa	(135.285)	41.883	(99.923)	(156.123)

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado
para o período findo em 30 de setembro de 2011 e de 2010
(em milhares de reais)**

	Notas	3º Trimestre 2011	30/09/2011	3º Trimestre 2010	30/09/2010
Receitas		1.364.839	3.998.368	1.230.894	3.574.480
Vendas de energia e serviços	30	1.267.705	3.756.200	1.133.687	3.314.228
Receita de construção		66.541	221.933	98.052	266.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	28.571	16.580	(3.705)	(11.471)
Outras receitas		2.022	3.655	2.860	4.945
Insumos adquiridos de terceiros		(657.581)	(1.894.272)	(614.629)	(1.771.268)
Energia comprada	31	(471.789)	(1.392.924)	(449.158)	(1.284.344)
Materiais	33	(7.440)	(24.622)	(4.642)	(25.777)
Serviço de terceiros	34	(29.564)	(83.950)	(30.746)	(91.680)
Custo de construção		(66.541)	(221.933)	(98.052)	(266.778)
Outros custos operacionais		(82.247)	(170.843)	(32.031)	(102.689)
Valor adicionado bruto		707.258	2.104.096	616.265	1.803.212
Depreciação e amortizações		(40.263)	(118.558)	(37.276)	(107.466)
Valor adicionado líquido		666.995	1.985.538	578.989	1.695.746
Receitas financeiras e variações monetárias	36	25.272	82.551	27.666	75.354
Valor adicionado a distribuir		692.267	2.068.089	606.655	1.771.100
Distribuição do valor adicionado		692.267	2.068.089	606.655	1.771.100
Pessoal		48.868	145.732	37.030	109.981
Impostos, taxas e contribuições		368.950	1.108.971	320.647	965.376
Federais		153.215	460.899	133.325	395.297
Estaduais		215.681	647.884	187.240	569.753
Municipais		54	188	82	326
Encargos do consumidor e outros		98.189	291.339	79.895	227.981
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		45.685	124.938	51.226	133.432
Dividendos propostos		253.883	253.883	-	190.352
Lucros retidos		(123.308)	143.226	117.857	143.978

As notas explicativas são parte integrante destas Informações Trimestrais.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como “Elektro” ou “Sociedade”, cuja sede localiza-se à Rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, bem como obriga-se a construir novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas Informações Trimestrais estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstração Intermediária.

A emissão dessas Informações Trimestrais foi autorizada pela Administração em 7 de novembro de 2011.

A Sociedade adotou no preparo das Informações Trimestrais todas as normas, revisões de normas, pronunciamentos técnicos, interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pela CVM e CPC, os quais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, portanto, essas Informações Trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações. As normas e procedimentos emitidos e revisados em 2011 também foram analisados e não trouxeram impactos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Vide as principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na nota explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

4. ADOÇÃO INICIAL DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Vide impactos e comentários sobre a adoção inicial dos pronunciamentos CPC na nota explicativa nº 4 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

5. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA

Segundo o Contrato de Concessão, a Elektro deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011.

Em 8 de setembro de 2010, a ANEEL deu início à Audiência Pública 040/2010, com o objetivo de receber contribuições, cujo prazo encerrou-se em 10 de janeiro de 2011, para aprimoramento das

seguintes metodologias referentes à Revisão Tarifária Periódica para o ciclo 2011-2014 (também definido como 3º Ciclo de Revisão Tarifária):

- Custos operacionais;
- Perdas Não Técnicas de Energia;
- Base de Remuneração Regulatória (BRR);
- Custo de Capital – WACC;
- Fator X;
- Outras Receitas e
- Receitas Irrecuperáveis.

Como a ANEEL não concluiu o aprimoramento da metodologia para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, foi publicada a Resolução Normativa nº 433, de 15 de abril de 2011, que estabeleceu a prorrogação provisória das tarifas de energia até a conclusão da metodologia definitiva a ser aplicada para o 3º ciclo. Em 23 de agosto de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.196, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da revisão tarifária da Elektro. Os efeitos da Revisão Tarifária serão retroativos a 27 de agosto de 2011.

Além das metodologias a serem empregadas para a definição do nível tarifário, também se encontram em discussão a alteração da estrutura tarifária (Audiência Pública nº120/2010) e a revisão das taxas de depreciação (Audiência Pública nº 121/2010), cujo período de contribuições encerrou-se em março de 2011.

Os resultados dessas audiências públicas ainda não são conhecidos, e conseqüentemente, os impactos para a Elektro não podem ser mensurados com precisão. As contribuições encaminhadas para estas audiências podem ser encontradas no site da ANEEL.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2011	31/12/2010
Conta corrente	1.926	9.748
Total aplicações financeiras	263.314	213.609
CDB	169.163	73.948
Debêntures Compromissadas	94.136	139.546
LFT	15	115
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>265.240</u>	<u>223.357</u>

A Sociedade apresenta abaixo os vencimentos das suas aplicações financeiras:

Ano	30/09/2011	31/12/2010
Vencimento		
2011	27.051	81.680
2012	123.317	131.814
2013	112.946	115
Total	<u>263.314</u>	<u>213.609</u>

A Elektro possui uma política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Sociedade. Nesta política é definido o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) como critério para aplicação de recursos. São definidos, ainda, limites máximos de exposição com cada instituição. Os produtos bancários utilizados são

vinculados a títulos de renda fixa, com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Esses títulos são, principalmente, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures com compromisso de recompra atrelado ao CDI e fundo de investimento com lastro em Títulos Públicos Federais.

Em 30 de setembro de 2011, as aplicações estavam indexadas à variação média de aproximadamente 100% das taxas diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, e sem riscos significantivos de mudança de valor (vide nota 39 – Instrumentos Financeiros).

7. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	30/09/2011				31/12/2010			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	192.679	116.328	20.995	330.002	174.162	102.521	17.947	294.630
Residencial	84.262	76.915	7.073	168.250	76.776	67.843	4.935	149.554
Industrial	34.904	12.832	6.664	54.400	29.716	11.479	6.156	47.351
Comercial	28.679	16.694	2.877	48.250	28.388	14.690	2.385	45.463
Rural	9.766	6.098	645	16.509	7.667	4.148	504	12.319
Poder público	12.097	1.550	139	13.786	10.683	1.585	322	12.590
Iluminação pública	12.067	1.275	3.301	16.643	11.071	1.237	3.456	15.764
Serviço público	10.904	964	296	12.164	9.861	1.539	189	11.589
Outras contas a receber	333.549	3.505	11.553	348.607	345.677	3.004	8.383	357.064
Parcelamentos de débitos	38.874	3.505	11.553	53.932	43.860	3.004	8.383	55.247
Receita não faturada	262.693	-	-	262.693	262.991	-	-	262.991
Supridores	27.130	-	-	27.130	28.118	-	-	28.118
Outros	4.852	-	-	4.852	10.708	-	-	10.708
Total	526.228	119.833	32.548	678.609	519.839	105.525	26.330	651.694
Circulante	488.490	119.833	32.548	640.871	480.567	105.525	26.330	612.422
Não circulante	37.738	-	-	37.738	39.272	-	-	39.272

Em 30 de setembro de 2011, do montante de R\$ 27.130 classificado como Supridores (R\$ 28.118 em 31 de dezembro de 2010), registrados no ativo não circulante, R\$ 20.057 referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Sociedade não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

O período médio para recebimento dos serviços é de 48 dias. A Administração da Sociedade constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores considerados irrecuperáveis, baseada em experiência de inadimplência e da análise financeira de cada devedor.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2%.

A política de cobrança é considerada bastante eficaz pela Administração da Sociedade atrelada ao fato do fornecimento de energia elétrica ser essencial para 100% de seus clientes. Ademais, não há concentração de faturamento a um número reduzido de clientes.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição e movimentação por classe:

	31/12/2010	Adições	Baixas	30/09/2011
Residencial	5.781	16.510	(14.212)	8.079
Industrial	2.101	2.196	(2.293)	2.004
Comercial	2.426	2.958	(3.029)	2.355
Rural	215	1.041	(1.024)	232
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.111	579	(580)	1.110
Iluminação pública	4.987	(93)	(273)	4.621
Parcelamentos de prefeituras	18.983	(1.277)	(11)	17.695
Parcelamento privado	6.188	207	-	6.395
Total	41.792	22.121	(21.422)	42.491

9. ENERGIA LIVRE

Em dezembro de 2001, foi celebrado o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu a Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorridas entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 01, de 12 de janeiro de 2004, em novembro de 2006 encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de 26 municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e que a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, pela cobrança do montante em 52 meses, aplicando os adicionais tarifários previstos na Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados nessa conta do ativo em 30 de setembro de 2011, de R\$ 2.297 no ativo circulante (R\$ 3.196 no ativo circulante e R\$ 4.628 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2010), estão sendo amortizados nos faturamentos desde o reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes ao passivo de energia livre em 30 de setembro de 2011, no montante de R\$ 2.275 no passivo circulante e R\$ 6.714 no passivo não circulante (R\$ 4.201 no passivo circulante e R\$ 9.701 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010), devido às geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE daqueles municípios.

10. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS – TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobras.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Abaixo, o status da cobrança de cada um dos geradores citados:

AES-Tietê e CESP

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic, a partir de janeiro de 2009.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupiá e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (valor principal) e se comprometeu a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor principal) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic, equivalentes às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa. Os valores que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente pagos para a CTEEP, referentes ao período supracitado, serão devolvidos aos consumidores também via modicidade tarifária, mediante homologação da ANEEL. Entretanto, considerando o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

Duke

A geradora Duke Energy, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo mencionado acima. Porém, a Decisão Judicial proferida pelo MM. Juiz Federal da 20ª Vara de Brasília – Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da AO 2008.34.00.02236-7, validou a Resolução 497/07 e reconheceu como assinado o CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito pretérito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores pretéritos, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através Ofício nº 0203/2009-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida Decisão Judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar à Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009. O faturamento está sendo efetuado desde julho de 2009 e o total foi dividido em 31 parcelas.

Esse valor foi originalmente reconhecido no ativo TUSD-G a receber da Duke e no passivo TUSD-G como passivo regulatório a devolver para os consumidores via modicidade tarifária. Como mencionado acima, com o não reconhecimento requerido dos passivos regulatórios, a devolução aos consumidores está sendo registrada no resultado da Elektro a cada período através da redução das tarifas pela modicidade mencionada.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e a decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2009.01.00.040021-6/DF, em trâmite na 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a qual concedeu a antecipação da pretensão recursal, autorizou que a Duke deposite em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009. Estes valores que estão sendo depositados em juízo, R\$ 24.313 (atualizados pela SELIC), em 30 de setembro de 2011, são os valores que a Duke entende como controversos.

Em função do descrito acima, em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Notas	31/12/2010	Correção	Recebimento	30/09/2011
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	19.820	1.122	(15.553)	5.389
CESP - Jupiá/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	17.672	1.000	(13.859)	4.813
Duke - Rosana - ref. jul/04 a jun/09	(a)	45.500	3.494	(12.094)	36.899
Total Ativo		82.992	5.616	(41.507)	47.101
Circulante		64.828			20.123
Não circulante		18.164			26.978

Passivo	Notas	31/12/2010	Correção	Pagamento	30/09/2011
CTEEP	(b)	16.804	952	(13.202)	4.554
Total Passivo Circulante		16.804	952	(13.202)	4.554

- (a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida, Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP e Decisão Judicial que reconheceu como assinado o CUSD entre a Elektro e a Duke.
- (b) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.

11. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	335	9.159
Impostos e contribuições retidos na fonte	381	2.000
ICMS a recuperar	54.265	45.936
PIS e COFINS a recuperar	5.061	8.358
Total	60.042	65.453
Ativo circulante	33.123	38.265
Ativo não circulante	26.919	27.188

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses de acordo com a legislação específica desses tributos.

12. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 30 de setembro de 2011, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDBs, debêntures compromissadas, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 99,12% das taxas diárias do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Esses instrumentos apresentam liquidez diária, e não estão sujeitos a risco significativo de perda de valor, porém estão caucionados conforme quadro abaixo:

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	285	-	265	-
Debêntures (ii)	-	-	1.192	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica (iii)	7.972	12.763	1.921	11.750
Fundo Educacional (iv)	2.658	-	2.125	-
Outros	-	-	-	-
Total	10.915	12.763	5.503	11.750

- (i) Eletrobras – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor é liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobertura dos pagamentos de juros. O último pagamento ocorreu em setembro de 2011 juntamente com o pagamento da 2ª emissão de debêntures que tinha vencimento nessa data. Nenhuma outra emissão de debêntures da Sociedade exige que valores sejam caucionados.
- (iii) Garantia – Leilão de Compra de Energia Elétrica – Montante caucionado em garantia para atendimento dos requisitos vigentes na compra de energia em Leilões no curto e longo prazo.
- (iv) Fundo Educacional – Valor mantido em garantia para programas de treinamento e desenvolvimento conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 30 de setembro de 2011 o montante atualizado dos depósitos judiciais era de R\$ 57.100 (R\$ 51.325 em 31 de dezembro de 2010), parte representativa deste montante (R\$ 46.295 em 30 de setembro de 2011 e R\$ 44.173 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial de R\$ 24.906, efetuado em 29 de outubro de 2004, em virtude da ação que questiona o recolhimento do PIS e da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Os demais depósitos judiciais no montante de R\$ 10.805 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 7.152 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, (i) R\$ 7.411 Trabalhista, (ii) R\$ 3.060 Cível e (iii) R\$ 334 Tributário outros.

Com base na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que revogou os parágrafos 1º e 3º da Lei nº 9.178/98, e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a Sociedade, embasada no entendimento de seus assessores jurídicos e no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON, entendeu que a obrigação legal deixou de existir, e reverteu a provisão que havia para essa questão do PIS e da COFINS em 30 de junho de 2009.

Em 2 de maio de 2011 essa ação do PIS e da COFINS transitou em julgado definitivamente em favor da Sociedade, motivo pelo qual a Elektro requereu ao juízo o levantamento do depósito judicial, tendo este intimado a Fazenda Nacional em 24 de agosto de 2011 para se manifestar sobre o pedido da Elektro, a qual requereu que a Elektro demonstre que os montantes depositados correspondem aos valores discutidos na ação. As informações serão apresentadas ao juízo.

14. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 27 de agosto de 1998, foi celebrado o Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, entre a União (Poder Concedente, por intermédio da ANEEL) e a Elektro, regulando a exploração do serviço público de energia elétrica, nas áreas geográficas delimitadas e exclusivas, compreendidas por 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul. Este contrato possui quatro aditivos posteriores, sendo que o último foi assinado em 4 de março de 2010.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de, no máximo, 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro obriga-se a operar a infraestrutura, construindo novas instalações, ampliando as existentes, de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica, dentro de padrões pré-estabelecidos de qualidade e continuidade de fornecimento.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, considerando a data de incorporação no sistema elétrico, de acordo com a regulamentação que estiver em vigor.

As principais obrigações da concessionária consistem em:

I – Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III – Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI – Submeter à prévia aprovação da ANEEL alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle.

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pela ANEEL. O preço é regulado por meio de mecanismos com base em fórmulas paramétricas: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração regulatória). O reajuste e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos nos contratos de concessão.

O reajuste tarifário anual tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos, e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Neste último processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência. A revisão extraordinária pode ser solicitada sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Desta forma, o tratamento adotado para Parcela A é semelhante nos reajustes anuais e na revisão tarifária: verifica-se, com base no mercado, o volume de energia requerida para que a concessionária possa atender ao mercado cativo. O custo de compra da energia requerida é determinado pelos contratos de compra realizados pela concessionária, até o limite de repasse permitido pelo regulador. Encargos Setoriais como CCC, CDE, RGR, Taxa de Fiscalização, ONS além de custos de conexão, transporte e Rede Básica são agregados aos custos de energia.

Já o tratamento da Parcela B no processo de revisão tarifária periódica é bem diferente do verificado nos reajustes anuais. Nos reajustes anuais, o valor da Parcela B, obtido pela fórmula paramétrica constante do Contrato de Concessão, é ajustado pela aplicação do IGP-M verificado nos 12 meses anteriores, deduzido do Fator X fixado na data da revisão tarifária.

Na revisão tarifária periódica, o regulador verifica o volume de recursos necessários para a concessionária cobrir seus custos operacionais e define o nível de remuneração e recuperação de capital permitidos.

Em caso de qualquer descumprimento das disposições contratuais, a concessionária está sujeita a penalidades, que podem atingir até 2% de seu faturamento, considerando o período de 12 meses anteriores à data da infração.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária.

Em 4 de março de 2010, a ANEEL e a Elektro celebraram o quarto aditivo ao contrato de concessão, alterando a forma de elaboração das tarifas, no que concerne à apuração dos valores de encargos setoriais, levando-se em conta a variação das vendas da concessionária, de forma a conferir neutralidade às variações de mercado sobre os referidos encargos, sejam positivas ou negativas, durante o período entre reajustes tarifários.

Com base na análise dos termos do contrato, a Administração entende que estão plenamente atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme analisado a seguir:

14.1 Adoção da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão

A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão rege a contabilização de contratos que envolvem uma entidade privada (concessionário) que opera ou constrói a infraestrutura usada para prestar os serviços públicos, por meio de autorização do poder concedente. O concessionário recebe pelos serviços executados durante a vigência do contrato, que estabelece níveis de desempenho, mecanismos de ajuste de preços e resolução de conflitos por via arbitral.

A existência concomitante de dois fatores determina a aplicação mandatória da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão:

- (i) o concedente controla quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, para quem e a qual preço; e
- (ii) o concedente controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao término da concessão.

Como resultado, a norma requer que esta infraestrutura não seja registrada como ativo imobilizado, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos e de propriedade. Nos termos contratuais, a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos é temporária, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O acesso e uso da infraestrutura existente ou construída são controlados pelo poder concedente, e limitam-se à prestação de serviços nas condições especificadas em contrato.

Este direito de operar temporariamente a infraestrutura pode ser classificado como um ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de operação e construção. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida que detém o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente.

A Elektro, como concessionária do serviço público de distribuição, enquadra-se nesta norma. Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica garantem aos concessionários o direito de receber caixa ou outro ativo financeiro na reversão de bens no final da concessão, considerando as parcelas ainda não depreciadas dos investimentos realizados, embora o critério de avaliação destes investimentos para fins de apuração da indenização ainda não esteja totalmente definido em Lei. A parcela dos investimentos a ser amortizada até o término da concessão será recuperada mediante o consumo de energia elétrica, devendo ser considerada como ativo intangível. Desta forma, o modelo híbrido foi adotado para a elaboração dos demonstrativos financeiros da concessionária.

No caso da Elektro, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (*leasings*), foram considerados como bens vinculados à concessão. Isto porque, contratualmente, a concessionária não pode dispor do uso ou alienar qualquer bem, seja elétrico ou não, sem a prévia anuência do órgão regulador. Desta forma, softwares, veículos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos de informática foram considerados como infraestrutura relacionada ao contrato de concessão, pois são equipamentos essenciais para a atividade fim da Sociedade, independente da forma de remuneração concedida pelo órgão regulador.

14.2 Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)

No uso de seu julgamento, a Administração entende que o valor de indenização a ser pago pelo poder concedente ao término do contrato de concessão levará em consideração a metodologia de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR), através do valor novo de reposição. Esta metodologia já é adotada pelo regulador para fins de determinação das tarifas nas revisões tarifárias periódicas e da conseqüente remuneração do acionista. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido ao final da concessão do poder concedente está determinado pelo valor residual da BRR do 2º Ciclo de Revisão Tarifária (julho de 2007, que foi a data de corte estipulada pelo órgão regulador para definir a BRR), devidamente movimentada por adições, baixas e depreciações até 31 de dezembro de 2008, a adoção inicial desta norma ocorreu em 1º de janeiro de 2009. Posteriormente a esta data, a BRR foi apenas depreciada até o término da concessão (julho de 2028), determinando-se o valor

residual. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, este ativo financeiro é classificado como um ativo disponível para venda, tendo suas alterações no valor justo registradas contra Outros Resultados Abrangentes.

A Administração entende que a classificação deste ativo financeiro como disponível para venda é a mais adequada, uma vez que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Desta forma, ao sofrer atualizações periódicas através das regras definidas para determinação da BRR, cujo comportamento não pode ser determinado precisamente para atualização, com base no método da taxa efetiva de juros por meio do resultado, a Sociedade considera a classificação como disponível para venda mais apropriada, uma vez que esta categoria, pela própria definição do Pronunciamento Técnico CPC – 38 é uma categoria residual.

O valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M desde o último ciclo de Revisão Tarifária, em 2007, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo próprio regulador nos processos de reajuste tarifário. A cada novo Ciclo de Revisão Tarifária, o valor do ativo financeiro será redefinido, com base nos critérios vigentes de determinação da BRR, que podem diferir do critério adotado anteriormente. Especificamente no 3º ciclo de revisão tarifária, a BRR será definida com base nas regras do 2º Ciclo de Revisão Tarifária.

A 3ª revisão tarifária da Elektro estava prevista para 27 de agosto de 2011, porém ainda não ocorreu conforme mencionado na nota 5. Sendo assim, o valor do ativo financeiro continua sendo aquele com base na BRR de julho de 2007 atualizado pelo IGP-M até 30 de setembro de 2011

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica. O saldo remanescente ao final da concessão deve ser compensado com o valor da indenização a receber, sendo reportado como redutor do ativo financeiro. Como a Elektro utiliza a BRR, o valor remanescente das obrigações especiais também é ajustado pela mesma base. A parte das obrigações especiais amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível. A amortização é realizada pela taxa da conta de máquinas e equipamentos de acordo com o Ofício ANEEL 1.314/2007 e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Desta forma, a ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes não é aplicável à Elektro.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

Mutação do Ativo Financeiro Indenizável (Concessão)	Custo	Obrigações Especiais	Valor Justo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	234.165	(20.401)	69.495	283.259
Transferências de Ativo Intangível	43.974	515	-	44.489
Adições	-	(2.047)	-	(2.047)
Ajustes ao Valor Justo (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	-	-	13.060	13.060
Baixas	(120)	-	(196)	(316)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>278.019</u>	<u>(21.933)</u>	<u>82.359</u>	<u>338.445</u>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, atualmente em 9,95% ao ano (15,08% antes dos impostos). Esta receita já está contemplada no faturamento mensal da Sociedade, via tarifas cobradas do consumidor (vide nota 29). Por este mecanismo de atualização, o ativo financeiro já se encontra a valor presente, não requerendo nenhum ajuste adicional previsto no Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente.

A concessão operada pela Sociedade não é onerosa, não havendo obrigações financeiras com o Poder Concedente que devam ser provisionadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

14.3 Ativo Intangível

O direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados, deduzido da amortização acumulada. De acordo com o CPC 04 – Ativo Intangível, a

amortização é apropriada de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do direito contratual. O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela Sociedade dos benefícios econômicos futuros: a Administração entende que a vida útil definida pelo órgão regulador (ANEEL), anteriormente utilizada para depreciação do ativo imobilizado, reflete mais adequadamente o padrão de consumo deste ativo intangível, sempre limitando ao prazo da concessão (vida útil ou concessão, dos dois o menor).

A Sociedade adota a prática contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custos de Empréstimos, refletindo o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição ou construção de ativo qualificável. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos, líquidos dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor capitalizado foi de R\$ 7.249 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 9.366 no mesmo período de 2010).

A constituição do intangível é apresentada a seguir:

	30/09/2011				31/12/2010			
	Custo	Obrigações Especiais	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Obrigações Especiais	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	2.237.333	(369.611)	(374.772)	1.492.950	2.111.505	(361.152)	(262.795)	1.487.558
Em Formação	252.147	-	-	252.147	204.572	-	-	204.572
Total	2.489.480	(369.611)	(374.772)	1.745.097	2.316.077	(361.152)	(262.795)	1.692.130

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

Mutações do Direito de Uso da Concessão	Em Serviço				Em Formação	Total
	Custo	Obrigações Especiais	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.111.505	(361.152)	(262.795)	1.487.558	204.572	1.692.130
Adições	-	(8.205)	-	(8.205)	232.184	223.979
Baixas	(14.808)	-	3.074	(11.734)	-	(11.734)
Amortização	-	-	(114.791)	(114.791)	-	(114.791)
Transferências ⁽¹⁾	140.636	(254)	(260)	140.122	(184.609)	(44.487)
Saldo em 30 de setembro de 2011	2.237.333	(369.611)	(374.772)	1.492.950	252.147	1.745.097

(1) Transferências para Ativo Financeiro - Indenizável no montante de R\$ 44.488

14.4 Receita e Custo de Construção

A ICPC 01 também estabelece que o concessionário registre e mensure a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. Em atendimento ao CPC 17, a Sociedade contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação “custo mais margem” (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, no negócio de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na Base de Remuneração Regulatória da Sociedade. A atividade fim da Sociedade é a distribuição de energia elétrica, não sendo prevista, na estrutura tarifária, a remuneração com margem diferente de zero, sobre os serviços de construção.

Mensalmente, os gastos com novas instalações são registrados como custos de construção, líquidos dos recursos provenientes de obrigações especiais. A receita de construção é apurada e registrada em contrapartida ao ativo intangível em formação (ver valor da receita na nota 30).

15. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Do montante de R\$ 4.254 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2010), registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor justo destas propriedades, de acordo com avaliação de empresa terceirizada especializada, efetuada em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.344. Este valor foi apurado considerando os métodos de avaliação determinados pela Norma Brasileira NBR 14.653-2, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que prevê comparações de dados do mercado para determinação do valor do terreno e o método do custo de reprodução para as benfeitorias. A obtenção dos dados de mercado envolveu extensa pesquisa com valores de imóveis localizados na mesma região, considerando o preço de venda de propriedades similares, na ausência de fatores que pudessem pressionar a ocorrência da transação.

16. IMOBILIZADO

Conforme descrito na nota 13, todos os bens anteriormente reportados como ativo imobilizado, exceto os contratos de arrendamento mercantil (leasings), foram considerados como bens vinculados à concessão e, portanto, reclassificados para ativo intangível e financeiro.

Deste modo, o saldo dos ativos imobilizados adquiridos através de contratos de leasing em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão apresentados na mutação abaixo:

Arrendamento Mercantil em serviço	Saldos em 31/12/2010	Adições	Depreciação/ Amortização	Baixas	Saldos em 31/09/2011
Administração Central					
	8.044	4.423	(1.254)	-	11.213
Edif, Obras Cíveis e Benf. - Arrendamento Mercantil	20.980	4.423	-	(10.855)	14.548
(-) Depreciação acumulada	(12.936)	-	(1.254)	10.855	(3.335)
	4.709	-	(1.956)	-	2.753
Veículos - Arrendamento Mercantil	12.155	-	-	(701)	11.454
(-) Depreciação acumulada	(7.446)	-	(1.956)	701	(8.701)
	6.387	-	(678)	(3.009)	2.700
Móveis e Utensílios - Arrendamento Mercantil	10.191	-	-	(4.629)	5.562
(-) Depreciação acumulada	(3.804)	-	(678)	1.620	(2.862)
Total	19.139	4.423	(3.888)	(3.009)	16.666

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	30/09/2011			31/12/2010		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional						
BNDES (*)	143.459	181	143.640	452.920	6.314	459.234
Finem III	-	-	-	72.604	294	72.898
Finem IV	-	-	-	179.202	5.505	184.707
Finem Novas Tecnologias	-	-	-	40.650	374	41.024
Finame	-	-	-	1.070	3	1.073
Finame 2008	-	-	-	2.247	9	2.256
Finame 2009	-	-	-	7.081	26	7.107
Finame 2010	-	-	-	4.236	13	4.249
Finame SE 2011	5.695	96	5.791	-	-	-
Automático	-	-	-	1.659	6	1.665
Custos com emissão	(226)	-	(226)	-	-	-
Eletrobrás - Luz para Todos	94.597	-	94.597	101.856	-	101.856
Finep	9.473	27	9.500	11.778	35	11.813
Finep - 2º Ciclo	33.920	59	33.979	30.537	49	30.586
Moeda Estrangeira (**)						
Cédula de Crédito Bancário 4131 - Itaú	-	-	-	96.474	201	96.675
Swap Céd. Créd Bancário 4131 - Itaú	-	-	-	3.526	695	4.221
Cédula de Crédito Bancário 4131 BNP	165.657	2.766	168.423	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 BNP	15.656	6.949	22.605	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú	28.468	573	29.041	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Itaú	1.940	1.110	3.050	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	140.863	2.946	143.809	-	-	-
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	11.031	5.423	16.454	-	-	-
Total	507.074	19.948	527.023	552.920	7.210	560.130
Circulante	18.781	19.948	38.730	189.491	7.210	196.701
Não circulante	488.293	-	488.293	363.429	-	363.429

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

(**) Valores marcados a mercado – Ver nota 39.

A Sociedade captou em 1º de dezembro de 2010, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de curto prazo (de 240 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 100.000 (US\$ 57.900 mil). Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, a Sociedade contratou uma operação de SWAP com o mesmo prazo de vencimento, e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI. Em 29 de julho de 2011 esta operação foi totalmente liquidada.

Pré-pagamento de financiamentos do BNDES

Em 24 de fevereiro de 2011, a Elektro solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos seus agentes repassadores, aprovação prévia para transferência de seu controle acionário, de modo a não acarretar no vencimento antecipado das dívidas contratadas junto ao BNDES, baseada nas condições do Contrato de Compra de Ações celebrado entre AEI e Iberdrola, conforme divulgado pela Sociedade em Fato Relevante de 19 de janeiro de 2011.

Devido a não obtenção de anuência prévia do BNDES, a Administração da Sociedade optou por realizar o pré-pagamento de seus financiamentos existentes junto ao BNDES.

Desta forma, em 25 de abril de 2011, a Elektro efetuou o pagamento da totalidade do saldo devedor, no valor de R\$ 288.145, pagos aos agentes repassadores, com recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo previamente contratados.

Para obtenção de tais recursos, a Elektro captou em 15 de abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, uma linha de financiamento de longo prazo (725 dias) denominada em moeda estrangeira no montante total de R\$ 360.000 (US\$ 226.909 mil).

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessa operação, contratou-se operações de SWAP com os mesmos prazos de vencimento, e sobre os mesmos valores da operação de empréstimo, resultando assim em uma operação denominada em moeda nacional com um custo final atrelado ao CDI.

Em função do pré-pagamento dos financiamentos do BNDES efetuado em 24 de abril de 2011, não há itens do ativo intangível, que fazem parte da infraestrutura da concessão oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2010 os bens adquiridos através de financiamentos do BNDES, cuja garantia é o próprio bem, montavam em R\$ 52.281.

Os vencimentos das dívidas de longo prazo da Sociedade em 30 de setembro de 2011 estão abaixo apresentados:

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	30/09/2011
2012	4.950
2013	384.550
2014	20.650
2015	18.092
2016	17.893
Após 2016	42.158
Total	488.293

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos em aberto em 30 de setembro de 2011 são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
Moeda Nacional						
BNDES						
Finame SE 2011	Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios	5,50%	Trimestral durante a carência e mensal após esse período		15/02/2013	15/01/2021
Eletrobrás						
Luz para Todos ⁽¹⁾		RGR + 5,0% a.a ⁽²⁾	Mensal	Mensal	30/11/2006 a 31/12/2011	30/10/2016 a 31/12/2022
FINEP						
Carta de Fiança						
Finep - 1º Ciclo		TJLP + 0,94% a.a			15/10/2010	15/10/2014
Finep - 2º Ciclo		4,25% a.a.	Mensal durante a carência		15/04/2011	15/12/2017
Moeda Estrangeira						
Cédula de Crédito Bancário 4131BNP PARIBAS 2011		US\$ + 2,88% ⁽³⁾			-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC 2011		US\$ + 3,60% ⁽⁴⁾	Semestral	No vencimento da operação	-	4/09/2013
Cédula de Crédito Bancário 4131 Itaú 2011		US\$ + 3,50% ⁽⁵⁾			-	4/09/2013

⁽¹⁾ O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

⁽²⁾ Reserva global de reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

⁽³⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 100,2% do CDI

⁽⁴⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 103,5% do CDI

⁽⁵⁾ Foi contratada uma operação de SWAP visando neutralizar o risco cambial durante toda a vigência da dívida. Desta forma o custo da operação é de 104,0% do CDI

18. DEBÊNTURES

	30/09/2011				31/12/2010			
	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr. Monetária	Total
2ª Emissão	-	-	-	-	153.180	7.477	43.758	204.415
1ª Série	-	-	-	-	125.000	6.328	43.758	175.086
2ª Série	-	-	-	-	29.070	1.149	-	30.219
Custos com emissão	-	-	-	-	(890)	-	-	(890)
4ª Emissão	298.474	8.265	-	306.739	298.092	16.115	-	314.207
1ª Série	180.000	4.944	-	184.944	180.000	9.634	-	189.634
2ª Série	120.000	3.322	-	123.322	120.000	6.481	-	126.481
Custos com emissão	(1.526)	-	-	(1.526)	(1.908)	-	-	(1.908)
5ª Emissão	298.999	3.724	1.016	303.739	-	-	-	-
1ª Série	120.000	1.961	-	121.961	-	-	-	-
2ª Série	180.000	1.763	1.016	182.778	-	-	-	-
Custos com emissão	(1.001)	-	-	(1.001)	-	-	-	-
Total	597.473	11.990	1.016	610.478	451.272	23.592	43.758	518.622
Circulante	-	11.168	-	11.168	152.585	23.592	43.758	219.935
Não circulante	599.310	-	-	599.310	298.687	-	-	298.687

De acordo com o CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos. O saldo total a amortizar é de R\$ 2.527, sendo que R\$ 821 no curto prazo referente a quarta emissão e R\$ 1.706 no longo prazo (R\$ 904 referente a quarta emissão e R\$ 802 referente a quinta emissão).

Em 15 de agosto de 2011, a Elektro efetuou a 5ª Emissão de Debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, no montante total de R\$ 300.000, com vencimento em 15 de agosto de 2016 e 15 de agosto de 2018, respectivamente, 1ª e 2ª séries. A 1ª série, no valor de R\$ 120.000, será remunerada à taxa de CDI acrescida de 0,98% a.a. e a 2ª série, no valor de R\$ 180.000, à taxa IPCA acrescida de 7,6813% a.a.,

Os recursos provenientes das debêntures foram integralmente utilizados para a liquidação das debêntures da segunda emissão da Elektro, com vencimento em 1º de setembro de 2011, e para o reforço de seu capital de giro.

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures é conforme segue:

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	30/09/2011
2013	130.000
2014	170.000
2015	80.000
2016	100.000
Após 2016	120.000
Total	600.000

Abaixo características gerais das debêntures da Sociedade:

Quarta emissão – características das duas séries

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: subordinada com conversão para quirografária sem garantia.

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembléia Geral de Debenturistas para aprovação da transferência do controle acionário da Elektro, exceto nos casos de: (i) reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Elektro; ou (ii) operação societária que resulte numa companhia que tenha classificação de risco corporativo igual ou superior ao antigo acionista controlador no momento anterior à transação; ou (iii) a classificação de risco corporativo da Elektro não seja reduzida em relação a classificação de risco vigente no momento anterior a tal operação societária

Quinta emissão – características das duas séries

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária sem garantia

Valor original: R\$ 300.000

Valor Nominal: R\$ 10 por debênture

A Escritura de Emissão dessas debêntures exige que seja realizada Assembléia Geral de Debenturistas em caso de mudança de controle acionário da Elektro, desde que tal mudança impacte, de forma substancial e comprovada, a viabilidade econômico-financeira da Emissão, a critério da Emissora e dos Debenturistas, exceto nos casos de quaisquer alterações ou reorganizações societárias que resultem em estrutura final na qual a Iberdrola S.A. continue como acionista controlador/majoritário direto ou indireto da Emissora;

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

Abaixo um resumo das características das debêntures em aberto:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
Debêntures 4ª Emissão				
1ª Série	18.000	CDI + 1,15% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	50% em 15/07/2013 e 15/07/2014
2ª Série	12.000	CDI + 1,25% a.a.	semestral a partir de 17 de janeiro de 2011	33,33% em 15/07/2013, 15/07/2014 e 15/07/2015
Debêntures 5ª Emissão				
1ª Série	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018

Condições Restritivas Financeiras (covenants):

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme segue:

Quarta emissão – conforme cláusula de vencimento antecipado alíneas de (I) a (XX) da escritura da emissão.

Quinta emissão – conforme cláusula de vencimento antecipado, inciso XIX da escritura da emissão.

A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da quarta e quinta emissões de debêntures estão disponíveis no website da Elektro: www.elektro.com.br.

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a contabilização no ativo imobilizado, em contrapartida ao passivo, de arrendamento mercantil dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste

conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente, calculado com taxas que variam entre 10 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Imóveis	12.446	8.892
Veículos	4.681	6.610
Equipamentos de informática	-	1.215
Total	<u>17.127</u>	<u>16.717</u>
Circulante	4.707	5.406
Não circulante	<u>12.420</u>	<u>11.311</u>

O cronograma dos pagamentos futuros de longo prazo relativos aos contratos acima é apresentado a seguir:

<u>Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo</u>	
2012	936
2013	2.335
2014	1.613
após 2014	7.536
Total	<u>12.420</u>

Arrendamento mercantil operacional

Conforme orientação do CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos e outros.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas no período findo em setembro de 2011 e de 2010, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Despesas reconhecidas no período		
Locação de infraestrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	2.532	1.887
Locação de veículos	1.083	-
Locação de computadores	418	783
Locação de impressoras	553	187
Locação de outros equipamentos de informática	187	93
Total	<u>4.773</u>	<u>2.950</u>

Vencimento dos
compromissos futuros

2011	1.140
2012	2.362
2013	2.172
2014	1.593
Total	<u><u>7.267</u></u>

20. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional	234.795	249.497
Supridores de energia elétrica	185.376	172.488
Encargos de serviço de sistema - ESS	13.175	14.539
Fornecedores de materiais e serviços	36.244	62.470
Moeda estrangeira	28.508	23.369
Supridores de energia elétrica - Itaipu	28.508	23.369
Total	<u><u>263.303</u></u>	<u><u>272.866</u></u>

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	16.633	181
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	17.618	19.483
Programa de integração social - PIS	3.805	4.212
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	88.950	110.374
Impostos retidos na fonte	772	14.208
Imposto sobre serviço - ISS	219	314
Total	<u><u>127.997</u></u>	<u><u>148.772</u></u>

A sociedade tem como prática efetuar as antecipações de imposto de renda e contribuição social no mês subsequente à sua apuração, de forma que durante o exercício há um descasamento entre o imposto a pagar e a antecipação. O encontro entre antecipações e impostos a pagar é efetuado no encerramento do exercício, fator que explica a variação do saldo da rubrica "Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido" entre 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

22. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quota para a reserva global de reversão - RGR	4.222	4.927
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	18.224	16.357
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	11.846	10.420
Encargos de capacidade emergencial - ECE	748	749
Total	<u><u>35.040</u></u>	<u><u>32.453</u></u>

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dividendos a pagar	169.259	4
Juros sobre capital próprio a pagar	-	55.058
Total	<u>169.259</u>	<u>55.062</u>

Em 20 de janeiro de 2011 foram pagos R\$ 55.058, referente a juros sobre o capital próprio, os quais estão líquidos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 12.577.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.037, os quais foram pagos em 26 de agosto de 2011.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de agosto de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 253.884, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2011.

Os pagamentos dos dividendos intermediários serão efetuados em três parcelas iguais de R\$ 84.628 cada uma. O primeiro e segundo pagamentos ocorreram nos dias 26 de agosto e 26 de outubro de 2011, respectivamente. A terceira e última parcela será paga em 21 de dezembro de 2011.

Existem valores de dividendos a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

24. PROVISÃO E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão de férias e 13º salário	20.968	16.759
Retenções do empregado	1.800	2.750
INSS parte da empresa	10.687	8.373
FGTS	2.763	2.897
Participação nos lucros e resultados	7.805	16.410
Outros	329	478
Total	<u>44.352</u>	<u>47.667</u>

25. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação de a Elektro aplicar, anualmente, o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pelas Leis nº 12.212/2010 e 11.465/2007.

Adicionalmente, em cumprimento à Lei nº 12.111/2009, a Sociedade está obrigada a recolher ao Tesouro Nacional (TN), nas competências de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o adicional de 0,30% da Receita operacional líquida (ROL), para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica ocorrida nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN, aplicando-se somente às interligações feitas após 30 de julho de 2009. O montante deverá ser aplicado: (i) em programas de universalização do serviço público de energia elétrica; (ii) no financiamento de projetos socioambientais; (iii) em projetos de eficiência e pesquisa energética; e (iv) no pagamento de faturas de energia elétrica de unidades consumidoras de órgãos estaduais e municipais. O referido encargo está sendo pago desde outubro de 2010, conforme determinado pelo Ofício Circular ANEEL nº 965/10, de 5 de outubro de 2010.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas, de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2010	Ingresso	Atualização	Transferência	Realização/Pagamento	30/09/2011
Pesquisa de Eficiência Energética	0,50%	15.626	11.893	1.282	-	(9.563)	19.238
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	23.413	4.757	1.984	-	(5.328)	24.826
FNDCT	0,20%	471	4.757	-	-	(4.698)	530
MME	0,10%	234	2.379	-	-	(2.349)	264
Encargos do sistema isolado - TN	0,30%	4.538	7.114	39	-	(10.897)	794
Total		44.282	30.900	3.305	-	(32.835)	45.652
Circulante		13.063	26.143	883	7.471	(32.835)	14.725
Não circulante		31.219	4.757	2.422	(7.471)	-	30.927

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização, Pesquisa e Desenvolvimento e Encargos do sistema isolado é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas da ANEEL nº 176/2005 e 219/2006 e Lei nº 12.111/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233/2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e as datas de recolhimento ao FNDCT e ao MME que ocorre mensalmente desde janeiro de 2009.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

26.1 Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual estima-se que este empregado estará a serviço da Sociedade, para então determinar-se o custo para cada ano de serviço.

No que tange à política contábil de reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias prospectivas, a Sociedade optou pelo reconhecimento imediato, em outros resultados abrangentes, conforme parágrafo 93A do CPC 33. Entretanto, a entidade que optar por esta forma de reconhecimento deve também reconhecer, como resultados abrangentes, qualquer ajuste proveniente do limite de ativo de benefício definido, estabelecido no parágrafo 58B da referida norma. Esta restrição determina que o reconhecimento de um ativo atuarial esteja condicionado à existência de benefícios econômicos futuros para a entidade, sob a forma de redução ou suspensão de suas contribuições para o plano ou reembolso futuro do superávit.

Adicionalmente, conforme previsto pelo parágrafo 93D, os valores ajustados contra resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados, não sendo registrados na demonstração do resultado em período subsequente.

Em função da mudança de controle acionário foi efetuada uma nova avaliação e emitido um novo laudo atuarial na data-base 30 de abril de 2011 em substituição àquele de 31 de dezembro de 2010. Os impactos deste novo laudo estão refletidos nestas informações trimestrais. O plano apresenta superávit e o laudo atuarial demonstra um ativo atuarial R\$ 184.869 em 30 de abril de 2011. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras da Secretaria da Previdência Complementar (SPC) - Resolução CGPC nº 26/2008, o reconhecimento do ativo atuarial é permitido somente se esse valor ultrapassar o limite de 25% das reservas matemáticas mantidas como reserva para contingência, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit pode ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 15% em 30 de abril de 2011, abaixo do limite de 25% requerido, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum superávit atuarial, conforme demonstrado abaixo:

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço	30/04/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	700.653
Valor justo dos ativos do plano	885.522
Superávit para planos cobertos	184.869
Limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(184.869)
(Ativo) atuarial líquido	-

Os valores reconhecidos no resultado nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 e no resultado abrangente são os seguintes:

Componentes da despesa (receita) do plano	30/09/2011	30/09/2010
Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício		
Custo do serviço corrente ⁽¹⁾	(6.827)	(5.722)
Juros sobre as obrigações atuariais	(55.286)	(48.280)
Rendimento esperado dos ativos	77.066	75.867
Receita reconhecida	14.953	21.865
Rendimento efetivo dos ativos		
Rendimento efetivo dos ativos do plano	26.295	106.121
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes		
Ganho /(Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	45.075	(55.266)
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido (§ 58(b))	(60.725)	31.801
Reclassificação imediata para lucros acumulados (§ 93(d))	15.650	23.465
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-
Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido	38.643	46.873

⁽¹⁾ Com juros, líquido da contribuição do participante

Para o exercício de 2011, a Sociedade deve efetuar contribuições ao plano no montante de R\$ 2.649 e reconhecer uma receita de R\$ 21.318.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Sociedade no período findo em setembro de 2011 foram de R\$ 515 e R\$ 536 no mesmo período de 2010, tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.

Nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, nota 26.1, é possível verificar informações adicionais sobre o plano de pensão da Sociedade.

26.2 Plano Especial de Aposentadoria

No Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 25 de julho de 2007, a Elektro criou o Plano Especial de Aposentadoria (PEA), como incentivo à aposentadoria daqueles empregados que já são elegíveis à aposentadoria oficial. No Acordo Coletivo assinado em agosto de 2011, esse plano foi prorrogado até 21 de novembro de 2011, para aqueles que já estão aposentados e 31 de maio de 2013, para aqueles que são elegíveis.

O incentivo consiste no pagamento de uma indenização (variando de 4 a 6 salários mensais em função do tempo de serviço do colaborador à Elektro), além de todos os benefícios previstos em lei no caso de demissão. Para serem elegíveis à adesão deste benefício, os principais critérios que devem ser atendidos pelos colaboradores são: (i) estar prestando serviços à Sociedade; (ii) ter feito a solicitação de aposentadoria de acordo com as leis brasileiras de Seguridade Social, na qual são consideradas idade mínima e tempo de serviços prestados; (iii) e apresentar o protocolo de solicitação do benefício.

O valor atualizado da provisão em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 949 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2010), registrado no passivo circulante referente a colaboradores que já aderiram ao plano. Para o período compreendido entre outubro de 2011 e maio de 2013, a Sociedade estima que até 187 colaboradores possam aderir ao plano, o que justifica uma provisão de R\$ 14.120, (R\$ 9.520 em 31 de dezembro de 2010), mantida na mesma rubrica no passivo não circulante.

26.3 Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar e o plano especial de aposentadoria, são oferecidas outras vantagens aos empregados da Sociedade, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Elektro despendeu com esses benefícios o montante de R\$ 33.211 (R\$ 27.137 em 30 de setembro de 2010), registrado à conta de despesas com pessoal.

27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

27.1. Provisão para ações judiciais e regulatórias

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam os riscos contingentes de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2010	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	30/09/2011
Cíveis e ambientais	82.109	10.122	-	(954)	91.277
Trabalhistas	11.899	6.119	-	(822)	17.196
Tributárias	1.218	117	(139)	-	1.196
Desapropriações e servidões	5.548	713	(39)	(19)	6.203
Regulatórias	2.200	-	-	-	2.200
Total das provisões	<u>102.974</u>	<u>17.071</u>	<u>(178)</u>	<u>(1.795)</u>	<u>118.072</u>

Em 30 de setembro de 2011, as provisões efetuadas pela Sociedade são principalmente para cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias envolvendo questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais e taxas regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL. As

desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

Uso da faixa de domínio de rodovias – Ação judicial cível

Em agosto de 2001, foram ajuizadas 2 (duas) ações pela Elektro em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais, a fim de que estas se abstenham de promover atos que impeçam a livre atuação da Elektro, no que tange ao uso das faixas intermediárias e laterais de domínio das rodovias para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica. O Tribunal de Justiça de São Paulo julgou a ação contra a Elektro. Em agosto de 2008, a Elektro apelou ao Superior Tribunal de Justiça e propôs uma medida cautelar com pedido de liminar para suspender a decisão da corte paulista, sendo que, em novembro de 2008, a liminar foi denegada por um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça não conheceu o Recurso Especial apresentado pela Elektro por questões processuais. A Elektro opôs embargos de declaração, os quais foram negados em fevereiro de 2011. Diante da decisão do STJ a Elektro apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal, o qual ainda aguarda julgamento. Com base na última decisão do STJ, a Sociedade mantém provisionado o valor de R\$ 72.420, em 30 de setembro de 2011 (R\$ 67.445 em 31 de dezembro de 2010), considerando as partes envolvidas no processo que possuam os requisitos necessários à realização da cobrança tida como válida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos e seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 74.804 para assuntos previdenciários, R\$ 26.642 para assuntos cíveis incluindo ações de desapropriação e servidão de passagem, R\$ 20.190 para aspectos trabalhistas e R\$ 442.991 para diversas questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade. Com base na Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, de junho de 2008, referida Corte reconheceu a inconstitucionalidade dos prazos de prescrição e decadência superiores a 5 (cinco) anos para as contribuições previdenciárias, razão pela qual parte das autuações foram anuladas integral ou parcialmente. A Elektro apresentou defesa nos respectivos autos de infração, estando pendente de julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado desses casos em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 64.171 (R\$ 64.207 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre os assuntos cíveis, os processos de desapropriação e servidão de passagem, que somam R\$ 4.956 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 4.305 em 31 de dezembro de 2010), referem-se à utilização de espaço em terras de terceiros para a construção de linhas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Sociedade entende que o risco de perda destes casos é provável somente quando os processos encontram-se em fase final e os valores envolvidos são suficientemente estimáveis para suportar a constituição de provisão. Ademais, as instâncias processuais em que estas ações encontram-se são também as mais diversas, especialmente considerando-se a pulverização e o fato de que, em sua grande maioria, são processos individuais com valores não relevantes.

Quanto às diversas questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ – SP), em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 19.077 (R\$ 17.146 em 31 de dezembro de 2010), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. Recebeu também da mesma Secretaria, em dezembro de 2008, Auto de Infração relativo à suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba e Itanhaém, cujo valor atualizado, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 52.333 (R\$ 50.383 em 31 de dezembro de 2010). Ambos encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou os Autos de Infração e Imposição de Multa nº. 3.125.781-1 e 3.125.616-8, em 2 de junho de 2010 e 5 de julho de 2010, respectivamente, para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado, em 30 de setembro de

2011, é de R\$ 83.386 (R\$ 82.440 em 31 de dezembro de 2010) e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

Em 28 de junho de 2011, a SEFAZ-SP lavrou três novos Autos de Infração contra a Sociedade em complemento a outros Autos de Infração, dentre eles o que foi lavrado em dezembro de 2008, também sob alegação de suposta diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde, cujo valor total atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 33.354. Todos eles encontram-se pendentes de apreciação nas instâncias administrativas, e são considerados com risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

Em junho de 2011 a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo lavrou ainda o Auto de Infração e Imposição de Multa nº. 3.150.433-4 também para exigência de ICMS, acrescido da incidência de multa e juros, por supostos créditos indevidos do imposto e descumprimento de obrigações acessórias. O valor total atualizado, em 30 de setembro de 2011, é de R\$ 16.352 e os assessores jurídicos responsáveis pelas defesas entendem que o risco de perda é possível.

A Elektro recebeu ainda, dois Autos de Infração Federais lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$ 536.924 (R\$ 511.101 em 31 de dezembro de 2010), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com relação ao Auto de Infração de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 493.430 em 30 de março de 2011, este foi definitivamente anulado, tendo a decisão se tornado definitiva em abril de 2011. Quanto ao Auto de Infração de PIS e COFINS, com base na avaliação dos assessores jurídicos, ele é considerado de risco de perda remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em 17 de junho de 2008.

Em abril de 2010 a Elektro recebeu novo Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal, o qual está relacionado ao mesmo fato que culminou com os autos de infração recebidos em 2007. A nova autuação determina o pagamento adicional de IRPJ e CSLL referente ao ano-calendário de 2007 em decorrência da compensação indevida de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL do mesmo exercício, tendo em vista que a autuação anterior havia glosado as despesas financeiras referentes à apropriação de despesas de variação cambial. O valor atualizado é de R\$ 105.024 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 100.790 em 31 de dezembro de 2010). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, este novo auto tem risco de perda possível, primeiro porque o novo auto foi anulado em primeira instância administrativa e em segundo lugar porque um dos Autos de Infração a ele relacionado obteve anulação em primeira instância administrativa e o outro Auto de Infração foi anulado em primeira e segunda instâncias administrativas.

Em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Sociedade de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas, segundo seu entendimento da Súmula nº 331 do Superior Tribunal do Trabalho. Em junho de 2009, a decisão de primeira instância foi proferida desfavoravelmente à Elektro, a qual apelou ao Tribunal Regional do Trabalho. O acórdão do Tribunal Regional do Trabalho confirmou a decisão de primeira instância. A Sociedade não está obrigada a adotar nenhuma medida até o trânsito em julgado da ação. O posicionamento dos advogados externos responsáveis pelo caso é de que a Elektro possui argumentos razoáveis que tornam possível a reversão da decisão, já que apresentou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, baseado no artigo 25 da lei 8.987/95, que prevê que concessionárias de serviços públicos estão autorizadas a terceirizar atividades inerentes ao contrato de concessão. O valor da contingência não pode ser estimado atualmente pela Elektro, e o risco de perda foi classificado como possível.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de março de 2011 foram arquivados na JUCESP os atos societários correspondentes à incorporação das holdings ETB – Energia Total do Brasil Ltda. e AEI Investimentos Energéticos Ltda. pela holding EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda, na data base de 28 de fevereiro de 2011. Em face destas incorporações, as incorporadas foram declaradas extintas, e a EPC as sucedeu em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direitos.

Após esta reorganização societária o capital social subscrito e integralizado da Sociedade em 31 de março de 2011, no montante de R\$ 952.492, passou a ter a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Brazil Finance Ltd	-	66.744.382	66.744.382
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.307	34.535.205	126.389.512
Acionistas minoritários	26.665	598.706	625.371
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

Em 27 de abril de 2011 a AEI (ex-controladora indireta) promoveu a alienação da totalidade das ações detidas direta e indiretamente (por meio da sociedade EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.) no capital da Elektro à Iberdrola Energia do Brasil Ltda, pelo preço total de US\$ 2,4 bilhões. A partir desta data a composição acionária da Elektro passou a ser apresentada conforme abaixo:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Iberdrola Energia do Brasil Ltda	-	66.744.382	66.744.382
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	91.854.302	34.535.214	126.389.516
Acionistas minoritários	26.670	598.697	625.367
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; já as ações preferenciais não terão direito a voto, contudo, possuem as seguintes características: (i) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; (ii) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (iii) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; (iv) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

29. PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

Embora a Elektro não tenha implantado qualquer plano de remuneração com base em suas ações, certos diretores, membros do Conselho de Administração e empregados-chave da Sociedade participavam de planos de remuneração com base em ações estabelecidos pelo então acionista controlador AEI. A Elektro não possuía qualquer responsabilidade em relação aos benefícios dos planos estabelecidos pela AEI. Estes benefícios não estavam inseridos na política de remuneração da Sociedade.

O plano de incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan) foi aprovado pelo Conselho de Administração da AEI, em 20 de fevereiro de 2007, como instrumento de atração e retenção para seus empregados, extensível aos empregados-chave das suas subsidiárias, incluindo Elektro. O Plano teria validade até 23 de janeiro de 2017, quando nenhuma nova outorga poderia ser feita. O Plano era regido em todos os aspectos pelas leis vigentes no estado do Texas, Estados Unidos da América. O montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias estava disponível para qualquer combinação de premiações no âmbito do Plano da AEI, incluindo todas suas subsidiárias.

Para empregados da Elektro, o Plano oferecido compreendia três tipos de instrumentos: opção de compra em ações, ações restritas e ações por desempenho. As ações tornar-se-iam imediatamente elegíveis em caso de mudança de controle ou em caso de morte ou invalidez do participante, enquanto funcionário da AEI.

Opção de Compra em Ações

A AEI outorgava ao participante o direito de comprar ações ordinárias a um valor pré-determinado em um determinado prazo. As opções deviam ser exercidas em até 7 anos da data de outorga. O valor justo da opção era calculado com base no modelo de precificação Black-Scholes.

Ações Restritas

A AEI outorgava ações ordinárias ao participante, que não podiam ser vendidas, dadas em garantia ou trocadas, a não ser para a própria AEI. O valor justo da ação era estimado através de cálculos internos, uma vez que a AEI não é uma empresa de capital aberto.

Para os instrumentos de opção de compra em ação e ações restritas, a elegibilidade ao benefício era cumulativa, obedecendo a tabela a seguir:

Ano 1	10%
Ano 2	15%
Ano 3	25%
Ano 4	50%

Ações por Desempenho

Foram somente outorgadas para funcionários da Elektro a partir de fevereiro de 2010. Nesta modalidade, a AEI outorgava ações aos participantes, mediante o cumprimento de metas, previamente estabelecidas, por 36 meses. O período de mensuração da performance era compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012. O número de ações a que o participante se tornaria elegível podia variar entre 50% a 250%, dependendo do desempenho alcançado. Este benefício poderia ser liquidado em caixa, ações restritas ou ambos pela própria AEI.

Em 27 de janeiro de 2011, a AEI implantou alterações significativas no Plano de Incentivo de longo prazo (2007 AEI Incentive Plan), no contexto do Contrato de Compra de Ações, celebrado entre ela e a Iberdrola Energia do Brasil Ltda. A partir desta data, as seguintes alterações tornaram-se efetivas:

- i) a parcela dos benefícios que se tornaria elegível aos empregados em 28 de Fevereiro de 2011 foi antecipada para 27 de Janeiro de 2011;
- ii) todas as ações restritas, opções de compra de ações e ações por desempenho que se tornariam elegíveis futuramente, obedecendo a tabela cumulativa, foram canceladas;
- iii) em troca, a AEI se comprometeu a recomprar todas as ações elegíveis, bem como transformar em bônus toda a parcela de ações canceladas, pelo valor unitário de US\$ 20,14 por ação.
- iv) o pagamento deste bônus ocorreria no momento de conclusão das aprovações da venda da Elektro para Iberdrola ou, no mais tardar, em 31 de dezembro de 2011, o que ocorresse primeiro.

Com esta mudança, o plano de incentivo de longo prazo, que até então era liquidado pela entrega de instrumentos patrimoniais, seria liquidado em caixa. Tal pagamento foi efetuado pela AEI após a efetiva transferência do controle da Elektro para Iberdrola, conforme item iv acima. Entretanto, vale ressaltar que este desembolso não foi efetuado pela Sociedade e que os efeitos contábeis decorrentes desta alteração foram devidamente refletidos no primeiro trimestre de 2011, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, acelerando o registro das despesas que seriam reconhecidas como serviços recebidos ao longo do período remanescente de aquisição de direito, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/09/2010</u>
Opções de Ações	1.677	894	476
Ações Restritas	951	572	297
Ações por Desempenho	504	187	73
Despesas	<u>3.132</u>	<u>1.653</u>	<u>846</u>
Patrimônio Líquido	<u>7.465</u>	<u>4.333</u>	<u>3.526</u>

Como conseqüência da mudança de controle acionário da Sociedade, finalizada em 27 de abril de 2011, e tendo em vista que não há obrigação legal e nem justificativa econômica para manter estes recursos represados no patrimônio líquido, bem como não haverá emissão dessas ações, os saldos reconhecidos no Patrimônio Líquido como pagamentos baseados em ações, foram revertidos contra Lucros Acumulados em 30 de junho de 2011.

30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	30/09/2011			30/09/2010		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.241.448	9.346.291	3.978.133	2.169.038	8.806.452	3.581.006
Fornecimento para consumidores	2.241.448	8.971.199	3.351.230	2.169.038	8.652.157	3.018.296
Residencial	1.909.172	2.852.294	1.348.059	1.853.151	2.785.446	1.200.370
Industrial	22.705	3.073.573	939.912	22.230	3.007.083	888.954
Comercial	158.639	1.479.895	622.452	146.179	1.340.993	519.171
Rural	127.368	667.995	156.891	124.870	657.494	143.331
Poder público	16.761	222.130	94.855	16.574	210.801	81.937
Iluminação pública	3.838	334.145	82.055	3.191	323.848	74.146
Serviço público	2.965	341.167	107.304	2.843	326.492	96.537
Não Faturado	-	-	(299)	-	-	13.850
Outras receitas		375.092	626.903		154.295	562.710
CCEE		375.092	13.286		154.295	12.224
Receita de uso do sistema de distribuição (**)		-	340.522		-	228.153
Remuneração do ativo financeiro			27.546			25.699
Receita de construção (vide nota 14.4)			221.933			266.778
Outras receitas (**)			23.616			29.856
Deduções às receitas operacionais			(1.315.544)			(1.142.445)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(12.494)			(19.655)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(149.082)			(106.526)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(113.366)			(100.558)
ICMS sobre fornecimento			(647.884)			(569.753)
COFINS			(289.568)			(259.945)
PIS			(62.864)			(56.435)
Programa de P&D e eficiência energética			(23.788)			(21.458)
Variação de Encargos Setoriais			(2.879)			-
Outros			(13.619)			(8.115)
Total	2.241.448	9.346.291	2.662.589	2.169.038	8.806.452	2.438.561

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Em função do efeito das baixas de ativos e passivos regulatórios, algumas informações de 2010 foram reclassificadas para melhor apresentação e comparabilidade.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.049, de 19 de agosto de 2010, e da Nota Técnica nº 253, de 13 de agosto de 2010, homologou o reajuste anual de 2010 da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 14,49%, composto por 9,31% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,18% relativo a componentes financeiros adicionais, baseado no que a Sociedade apurou de ativos e passivos regulatórios desde o reajuste anterior. Devido à exclusão da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 8,91%, para os faturamentos desde 27 de agosto de 2010.

Conforme mencionado na nota 5, em 26 de agosto de 2011, a ANEEL decidiu prorrogar a vigência das tarifas da Resolução Homologatória n. 1.049, de 19 de agosto de 2010, até o processamento em definitivo da revisão tarifária da Elektro.

31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/09/2011		30/09/2010	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supridores de energia	10.373.426	993.962	9.889.323	912.395
Itaipu Binacional (**)	2.193.703	210.750	2.224.005	226.441
Contratos bilaterais	62.209	24.585	125.746	22.584
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	7.899.156	689.278	7.315.448	596.795
PROINFA	218.358	51.352	224.123	51.588
Uso do transporte de energia	-	17.997	-	14.987
Outros custos de energia	-	270.080	-	244.871
ONS - Uso da rede básica	-	322.815	-	309.072
CTEEP - Encargos de conexão	-	27.615	-	25.519
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	48.532	-	37.358
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(128.882)	-	(127.078)
Total	10.373.426	1.264.042	9.889.323	1.157.266

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

32. GASTOS COM PESSOAL

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Remunerações	90.521	85.834
Encargos sociais	32.437	30.783
Auxílio alimentação	11.494	10.212
Pagamentos baseados em ações	3.132	1.350
Assistência médica	6.951	6.277
Indenizações trabalhistas	1.563	1.550
Previdência privada	3.681	3.542
Plano Especial de Aposentadoria	7.206	(246)
Custo atuarial - Plano de Pensão	(15.650)	(23.465)
Participação nos lucros e resultados	24.697	12.904
Outros benefícios	5.695	4.448
Total	<u><u>171.727</u></u>	<u><u>133.189</u></u>
Custo da operação	141.197	100.255
Despesas com vendas	3.891	5.332
Despesas gerais e administrativas	26.639	27.602
Total	<u><u>171.727</u></u>	<u><u>133.189</u></u>

O aumento nas despesas com Participação nos Lucros e Resultados foi motivado pelo registro da provisão de R\$ 11.050, a título de PLR especial, em função da mudança de controle acionário da Sociedade ocorrida em abril de 2011. O pagamento de PLR especial é previsto pela cláusula quarta e parágrafo primeiro do Acordo Coletivo de Trabalho e foi efetuado aos colaboradores em julho de 2011.

33. GASTOS COM MATERIAIS

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Materiais e equipamentos	24.622	25.776
Total	<u><u>24.622</u></u>	<u><u>25.776</u></u>
Custo da operação	22.134	23.561
Despesas com vendas	24	389
Despesas gerais e administrativas	2.464	1.826
Total	<u><u>24.622</u></u>	<u><u>25.776</u></u>

34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Serviços no sistema elétrico	21.091	29.666
Serviços de manutenção e conservação	10.002	8.022
Serviços de leitura e entrega de contas	15.761	18.506
Serviços administrativos	21.556	24.275
Outros serviços	15.540	11.211
Total	<u><u>83.950</u></u>	<u><u>91.680</u></u>
Custo da operação	40.704	67.415
Despesas com vendas	18.832	11.113
Despesas gerais e administrativas	24.414	13.152
Total	<u><u>83.950</u></u>	<u><u>91.680</u></u>

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Despesas com arrecadação bancária	12.524	12.807
Taxa de fiscalização ANEEL	6.500	5.534
Seguros	1.153	1.050
Aluguéis	12.415	7.795
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.580	11.471
Taxas e contribuições	3.611	3.007
Despesas com viagens	13.955	15.617
Propaganda e publicidade	5.336	3.563
Telefonia e telecomunicações	16.530	16.280
Software	5.410	3.404
Provisões para ações judiciais e regulatórias	18.147	231
Perda na desativação e alienação de bens, líquidas	16.814	12.261
Outras	4.978	1.079
Total	<u>133.953</u>	<u>94.099</u>
Custo da operação	50.597	33.854
Outras despesas operacionais	83.356	60.245
Total	<u>133.953</u>	<u>94.099</u>

A variação na rubrica de “Provisões para ações judiciais e regulatórias” foi motivada principalmente pela atualização, no montante de R\$ 4.974, da provisão judicial em face do processo do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo (DER) e concessionário de rodovias estaduais, e aumento nas provisões para processos cíveis e trabalhistas com relação aos ingressos que ocorreram em 2010 (vide nota 26).

36. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras	<u>61.327</u>	<u>50.508</u>
Aplicações financeiras	26.501	17.384
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	32.617	30.131
Outras receitas financeiras	2.209	2.993
Despesas financeiras	<u>(106.130)</u>	<u>(102.796)</u>
Juros sobre empréstimos com terceiros	(41.604)	(24.975)
Juros sobre debêntures	(43.918)	(51.570)
Outras despesas financeiras	(20.608)	(26.251)
Varição cambial e monetária, líquidas	<u>1.995</u>	<u>(7.009)</u>
Receitas de variação monetária	<u>21.224</u>	<u>24.846</u>
Recuperação das perdas de receita e energia livre	6.038	8.316
Varição cambial	(5.816)	5.833
Conta de energia elétrica em atraso	8.360	2.592
Outras	12.642	8.105
Despesas de variação monetária	<u>(19.229)</u>	<u>(31.855)</u>
Principal - terceiros	(1.111)	(1.427)
Energia livre	(5.907)	(8.327)
Eficiência energética	(3.265)	(2.389)
Debêntures	(5.972)	(19.760)
Outras	(2.974)	48
Total	<u>(42.808)</u>	<u>(59.297)</u>

O resultado financeiro dos nove primeiros meses de 2011 foi uma despesa líquida de R\$ 45.148, apresentando variação positiva de R\$ 14.149 frente à despesa financeira líquida auferida em 2010, de R\$ 59.297, devido principalmente ao efeito da desaceleração do IGP-M, que impactou a variação monetária da 2ª série da 2ª emissão de debêntures até sua amortização em 1º de setembro de 2011, atrelado ao maior rendimento de aplicação financeira decorrente do maior saldo de caixa. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela maior despesa de juros de empréstimos com terceiros (após pré-pagamento das dívidas com o BNDES).

37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	30/09/2011		30/09/2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	602.345	602.345	506.409	506.409
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(150.568)</u>	<u>(54.211)</u>	<u>(126.584)</u>	<u>(45.577)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(4.215)	(1.291)	(2.845)	(347)
Incentivos fiscais e outros	4.508	541	2.892	382
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(150.275)</u>	<u>(54.961)</u>	<u>(126.537)</u>	<u>(45.542)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(132.512)	(48.567)	(77.082)	(27.942)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.763)	(6.394)	(49.455)	(17.600)
Total	<u>(150.275)</u>	<u>(54.961)</u>	<u>(126.537)</u>	<u>(45.542)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados à alíquota de 34%, e estão apresentados no quadro abaixo:

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	30/09/2010
Tributos diferidos	-	-	-	(45.803)
IR sobre prejuízos fiscais	-	-	-	(33.828)
CSLL sobre base negativa	-	-	-	(11.975)
IR e CS sobre diferenças temporárias	61.889	49.877	12.009	(2.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.192	13.933	259	3.511
Provisão para ações judiciais e regulatórias	37.288	32.377	4.911	(12.391)
Plano especial de aposentadoria	5.123	3.476	1.647	(952)
Variação cambial	19.018	-	19.018	-
Provisão ganho/perda hedge	(14.489)	-	(14.489)	-
Outras	757	91	663	7.378
Benefício fiscal do ágio incorporado	128.700	139.933	(11.233)	(12.189)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(21.410)	3.523	(24.933)	(6.609)
Plano de pensão	5.321	10.638	(5.317)	(7.979)
Reversão das contas regulatórias	(27.960)	(7.115)	(20.845)	1.370
Marcação a mercado swap	1.229	-	1.229	-
Subtotal - impacto no resultado do período	<u>169.179</u>	<u>193.333</u>	<u>(24.157)</u>	<u>(67.055)</u>
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	(33.323)	(34.268)	947	2.324
Plano de pensão	(5.321)	(10.638)	5.320	7.976
Contratos de concessão - marcação a mercado	(28.002)	(23.630)	(4.373)	(5.652)
Total	<u>135.856</u>	<u>159.065</u>	<u>(23.210)</u>	<u>(64.731)</u>

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos.

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2010.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado registrados em 30 de setembro de 2011 é como segue:

Ano	30/09/2011
2011	10.415
2012	13.207
2013	13.112
2014	13.472
2015	11.848
2016 a 2018	26.970
2019 a 2021	19.406
2022 a 2024	14.262
2025 a 2027	10.395
2028	2.769
Total	<u>135.856</u>

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

38. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	177	171	(321)	(272)
AEI América do Sul Holding Ltda.	81	450	-	-
Total	<u>258</u>	<u>621</u>	<u>(321)</u>	<u>(272)</u>

As receitas obtidas junto às partes relacionadas referem-se a serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas para as empresas do mesmo grupo da Sociedade. As despesas são relativas à compra de energia elétrica da comercializadora de energia e coligada Elektro Comercializadora de Energia Ltda.

Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Sociedade, acrescida de taxa de administração. Os contratos de aluguel são reajustados pelo IGP-M a cada 12 meses. No caso da Elektro

Comercializadora de Energia Ltda., o contrato é por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004. O contrato de compra de energia elétrica foi firmado em 1º de maio de 2011 e tem validade até 31 de dezembro de 2011.

Em função da mudança no controle acionário da Sociedade, a AEI America do Sul Holding Ltda. não é mais parte relacionada e os contratos que existiam com essa empresa foram encerrados em 28 de abril de 2011.

De acordo com o CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no período findo em 30 de setembro de 2011, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 6.206 (R\$ 7.150 em 2010), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 4.565 (R\$ 5.748 em 2010) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.641 (R\$ 1.402 em 2010). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao plano de opções de ações concedidas pela então controladora final da Sociedade, AEI. O valor total deste benefício para a Administração é de R\$ 3.132 no período findo em setembro de 2011 (R\$ 3.764 no mesmo período de 2010), sendo que essa despesa ocorreu somente até o momento da mudança de controle acionário da Sociedade.

Adicionalmente, a Sociedade possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 26).

39. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos operacionais e multirisco	801.446
Responsabilidade civil terceiros	44.000
Responsabilidade civil administradores	26.250

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 25 de agosto de 2011 a 31 de maio de 2012, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2011 a 1º de junho de 2012.

A apólice de Propriedade possui cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros possui cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 475/08, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 604/09, que aprovou os CPC 38, 39 e 40, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidenciação de instrumentos financeiros, a seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Informações Trimestrais, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado, somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Informações Trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados

idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: A Sociedade captou empréstimos denominados em moeda estrangeira, acrescidos de juros pré-fixados, para os quais foram contratadas operações de “Swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio e substituindo os juros pré-fixados pela variação do CDI. Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “Swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido.

Estas operações são consideradas como itens objeto de hedge (hedge accounting), e estão contabilizadas pelos seus valores justos. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando taxas de mercado cotadas mensalmente, levando-se em consideração as mesmas condições das operações contratadas.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos havidos no período. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo é calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Anbima, na data das Informações Trimestrais e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Para a 5ª Emissão de Debêntures, como não houve nenhuma negociação no mercado secundário o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de bookbuilding (valor contábil).

Demais ativos e passivos financeiros: São classificados como empréstimos e recebíveis e avaliados a custo amortizado, sem diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado por não serem negociados em mercado ativo e estarem contabilizados pelos respectivos valores líquidos de realização e liquidação.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua classificação:

	30/09/2011			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	265.240	265.240	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	678.609	678.609	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	47.101	47.101	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	23.678	23.678	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro indenizável	338.445	338.445	Valor justo	Disponível para venda
Total ativo	1.353.073	1.353.073		
Passivo				
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(143.640)	(143.924)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(341.274)	(341.274)	Objeto de hedge	Instrumento de hedge
Operações de swap	(42.109)	(42.109)	Objeto de hedge	Instrumento de hedge
Debêntures*	(610.478)	(614.919)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Arrendamento mercantil	(17.127)	(17.127)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(263.303)	(263.303)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
TUSD - G	(4.554)	(4.554)	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Total passivo	(1.422.485)	(1.427.210)		

* Valor de mercado demonstrado é informativo.

A apuração do valor justo do ativo financeiro indenizável e a operação de Swap levou em consideração o nível hierárquico dois. Ver maiores detalhes sobre o ativo financeiro indenizável na nota 14.2.

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos atribuídas pela Standard & Poor's.

Em 11 de julho de 2011, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou rating brAAA da Elektro, da 2ª emissão e 4ª emissão de debêntures. À 5ª emissão de debêntures também foi atribuído o rating brAAA.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Sociedade possui três contratos de instrumento financeiro derivativo, referente a operações de Swap firmadas junto aos Bancos Itaú, BNP Paribas e HSBC. Conforme mencionado na nota 16, a Sociedade, captou em abril de 2011, segundo a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamentos denominadas em moeda estrangeira. Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado dessas operações, a Elektro contratou operações de “Swap”, resultando assim em operações denominadas em moeda nacional, com um custo final atrelado ao CDI.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Sociedade de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Com relação às aplicações financeiras, a Elektro tem uma política bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, sejam públicos ou privados. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com quem realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

Nas atividades da Sociedade, são consideradas de risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, embora apresentem impacto imediato nas demonstrações de resultado da Sociedade, por não haver previsão de manutenção nas demonstrações financeiras dos ativos e passivos regulatórios, estão contempladas e garantidas em cada reajuste tarifário anual, por meio do mecanismo da CVA. Portanto, em termos financeiros (caixa) a Sociedade remanesce isenta do risco de variação cambial. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 30 de setembro de 2011, proteção natural com relação à dívida indexada à inflação (IGP-M), em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Variação das taxas de juros

Em conformidade à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Sociedade considera como cenário mais provável a realização nos próximos 12 meses das expectativas para os indicadores projetados no Relatório Focus. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP: (i) variação dos índices projetados para 2011, de acordo com dados do Relatório Focus do Banco Central, disponibilizado em 30 de setembro de 2011: 11%, 5,48% e 5,71% respectivamente, ou no caso da TJLP adotamos a manutenção da última taxa divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição (contabil)	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25% (*)	Elevação do índice em 50% (*)
Aplicações Financeiras	263.314	Variação CDI	28.965	36.206	43.447
Debêntures	(428.700)	Variação CDI	(47.325)	(59.156)	(70.987)
Cédula de Crédito Bancário(1)	<u>(383.383)</u>	Variação CDI	<u>(42.172)</u>	<u>(52.715)</u>	<u>(63.258)</u>
	(548.769)		(60.532)	(75.666)	(90.799)
Ativo indenizável(2)	338.445	Variação IGP-M	(10.211)	(12.763)	(15.316)
Debêntures	(182.778)	Variação IPCA	(10.437)	(13.046)	(15.655)
Financiamentos - Finep 1º ciclo	(9.500)	Variação TJLP	(570)	(712)	(855)
Redução (aumento) da exposição à taxa de juros			<u>(81.750)</u>	<u>(102.187)</u>	<u>(122.625)</u>

(1) As operações foram originalmente contratadas em dólares norte-americanos, porém a Elektro possui operações de “Swap” conjuntas com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, as operações passam a ser indexadas apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

(2) Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para a o cálculo de sensibilidade a variação do IGPM.

Notas:

(*) Conforme requerimento da instrução CVM nº 475/08, deterioração de 25% e 50% respectivamente, em relação ao cenário provável.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia pois, como distribuidora de energia elétrica e conforme previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico, é obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

Em 30 de setembro de 2011 o índice real de inadimplência frente a suas operações é de 3,39%.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o Contrato de Concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa é fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos operacionais eficientes definidos pelo regulador (i) e (iii) a remuneração, à taxa do custo médio ponderado do capital (*WACC*) regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o Contrato de Concessão garante à Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste é obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M, menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X, índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, é subtraído ou é acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subseqüentes.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Liquidez

A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou

ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação, e contratou suas necessidades de energia para 2011 e 2012. A partir de 2013 há necessidade de contratação de energia, devido, principalmente, ao término da vigência dos contratos do 1º leilão de energia existente (realizado em dezembro de 2004). Parte do volume necessário para atendimento do crescimento de mercado a partir de 2013 já foi adquirido nos leilões das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antonio) e de Belo Monte, sendo que o restante será recontratado em leilões específicos a serem realizados a partir de 2012, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 82 subestações (SE), a automação do comando de 556 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a substituição de 390 disjuntores e a substituição de 384 Km de redes convencionais com cabos nus por redes compactas com cabos isolados, nos últimos 8 anos.

Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	30/09/2011	30/09/2010
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-11,30	2,70
IGP-M	4,15	7,89
TJLP	4,47	4,47
SELIC	8,71	6,99
CDI	8,70	7,03

41. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

A Administração da Sociedade define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, os saldos que compõem essa conta estão apresentados na nota 6. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade são como segue:

	30/09/2011	30/09/2010
Atividades de investimentos não realizadas em caixa:		
Ativo imobilizado - arrendamento mercantil	4.425	445
Atividades de financiamentos não realizadas em caixa:		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	169.259	8

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Sociedade referem-se a compra de ativo imobilizado através de contrato de leasing, a qual afetará “caixa e equivalente de caixa” à medida que os pagamentos forem efetuados; e reclassificação do saldo de dividendos intermediários

CNPJ 02.328.280/0001-97

ELEKTRO

do patrimônio líquido para "Dividendos a pagar" após aprovação do Conselho de Administração em 11 de agosto de 2011.

DIRETORIA

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA

DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA PINHEIRO

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD

DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

VITOR CUMINATO FILHO

GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA

CPF 102.177.748-06

ANDRE OSWALDO DOS SANTOS

GERENTE DE CONTABILIDADE

CRC 1SP235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

CONSELHEIROS

SANTIAGO MARTINEZ GARRIDO

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

JURACY PEREIRA MAMEDE

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas (SP), 31 de outubro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luís A. Marini
Contador CRC 1SP182975/O-5

Adilvo França Júnior
Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP